

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**  
**Departamento Ciências Econômicas e Relações Internacionais**

**Promoção para Classe E - Professor Titular**

# **MEMORIAL**

**Requisito parcial para a promoção para a classe E, denominada  
Professor Titular da Carreira do Magistério Superior**

**Marco Cepik**

**<http://lattes.cnpq.br/3923697331385475>**

**Janeiro, 2018**

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	2
2. LINHA DO TEMPO .....	4
3. INDICADORES.....	5
4. ATIVIDADES DE ENSINO E ORIENTAÇÃO .....	8
5. AVALIAÇÃO DO DOCENTE PELOS DISCENTES.....	23
6. ATIVIDADES DE GESTÃO .....	25
7. ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO .....	28
8. CONCLUSÃO.....	54
9. ANEXOS.....	55
Relatório Avaliação Discente 2016-2017 .....	55
RAD 2016-2017 .....	55
Relatório Avaliação Discente 2007-2017 .....	55
RAD 2007-2017 .....	55
Currículo Lattes .....	55

# 1. APRESENTAÇÃO

Nos termos da Decisão 232/2014 do Conselho Universitário da UFRGS, dentre os critérios para a promoção para a classe E, denominada Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, é necessário “lograr aprovação em defesa de Memorial, que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou em defesa de Tese Acadêmica inédita”.

Optei por submeter este Memorial. O material foi organizado conforme o artigo 17 da Decisão 232/2014, atendendo o disposto na Planilha de Indicadores e Valores (anexo 2) do Edital DERI 01/2017. A documentação comprobatória é o Relatório de Atividades Docentes (RAD), autenticado pela UFRGS. Conforme o artigo 17, parágrafo único, da Decisão 232/2014, a avaliação de desempenho acadêmico do docente deve considerar o período de 24 meses decorridos desde a última progressão. Ou seja, de 25/12/2015 até 24/12/2017. Na seção 3 do Memorial há duas tabelas com indicadores e estimativa da pontuação. O cálculo de pontos foi feito exclusivamente com base no RAD. Mas há também colunas complementares com indicadores extraídos do *curriculum vitae* na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Como o RAD permite recuperar dados desde 2007, há colunas para os dois períodos (2016-2017 e 2007-2017).

Segundo o artigo 19 da Decisão 234/2014, o Memorial deve demonstrar que, em sua carreira, o docente obteve reconhecimento e liderança acadêmica (I), gerou conhecimentos (II), formou recursos humanos (III) e realizou atividades administrativas (IV). Portanto, além dos indicadores quantitativos, se trata de justificar a trajetória profissional. Quando necessário, farei referências a períodos anteriores a 2007. As seções seguem os itens do edital, mas foram organizadas numa ordem diferente do que consta na Planilha de Indicadores. Afinal, é preciso ajudar a memória.

A propósito da distinção aristotélica entre memória e reminiscência (*Parva Naturalia*), Jacques Le Goff (1984) observou há mais de trinta anos que na Era Digital a memória individual dependeria cada vez mais de utensílios materiais e imateriais para ser evocada

de maneira significativa.<sup>1</sup> O mesmo autor também destacou o caráter social das vivências que conferem sentido para a reminiscência. Ao mesmo tempo, as reminiscências dependem de complexos processos neurofisiológicos que tornam inseparáveis o esquecimento, as emoções e as decisões (Rolls, 2014).<sup>2</sup> Dada a minha limitada capacidade de recuperar e disputar a memória individual e coletiva, renuncio a pretensões outras com este Memorial.<sup>3</sup>

Também falharei em agradecer nominalmente às instituições e, principalmente, às pessoas. Sejam elas professores, alunos, familiares, colegas, amigos, orientadores, técnico-administrativos, orientandos, terceirizados, bolsistas, dirigentes, companheiros, cidadãos, daqui e de alhures. A todas e a cada, saibam que sei e sou grato. Nem vida haveria, quanto mais carreira profissional, se não fossem vocês.

Eventuais apelos ao *ethos*, *pathos* e *logos* ao longo do texto são delimitados por uma concepção da verdade como correspondência, sempre aproximativa e imperfeita, entre as proposições e a realidade externa ao autor (Aristotle, 1984; Lynch, 2001).<sup>4</sup> Feita a declaração, falta o gesto. Ao trabalho.

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, Ruggiero [diretor]. Enciclopédia Einaudi. Volume 1 (Memória-História). Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

<sup>2</sup> ROLLS, Edmund T. Emotion and Decision-Making Explained. Oxford-UK, Oxford University Press, 2014.

<sup>3</sup> Antes de começar a redigir, entreti a ideia de narrar as mudanças observadas entre 1984 e 2017, intervalo que separa minha leitura de duas biografias com modos de persuasão e ideologias distintas: EVTUCHENKO, Eugênio. Autobiografia Precoce. São Paulo, Brasiliense, 1984. HOBBSAWM, Eric. Tempos Interessantes: uma vida no século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. Abandonei a ideia e me circunscrevi a tentar cumprir o estipulado no Edital.

<sup>4</sup> ARISTOTLE. Rethoric. In: BARNES, Jonathan [editor]. The Complete Works of Aristotle. Princeton-NJ, Princeton University Press, 1984, pp. 4618-4866. Sobre o conceito de verdade, ver a polêmica entre teorias da correspondência, teorias da coerência, teorias pragmáticas, teorias fenomenológicas, teorias pós-modernas, teorias semânticas e teorias deflacionárias: LYNCH, Michael P. [editor]. The Nature of Truth: Classic and Contemporary Perspectives. Cambridge-MA, The MIT Press, 2001. 802 pp.

## 2. LINHA DO TEMPO

- 1968 Nascimento
- 1985 Início da Licenciatura em História (UFRGS)
- 1988 Gerente de Marketing na Digitus Indústria Computadores (Belo Horizonte)
- 1990 Conclusão da Licenciatura em História (UFMG)
- 1991 Início do Mestrado em Ciência Política (UFMG)
- 1991 Professor Substituto no Departamento de História (UFMG)
- 1993 Assessor da Secretaria de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)
- 1994 Chefe de Gabinete na Empresa de Processamento de Dados (PRODABEL)
- 1994 Conclusão do Mestrado em Ciência Política (UFMG)
- 1995 Início do Doutorado em Ciência Política (IUPERJ – UCAM)
- 1995 Professor Assistente no Departamento de Ciência Política (UFMG)
- 1997 Visiting Scholar na Indiana University of Pennsylvania (IUP)
- 2001 Conclusão do Doutorado em Ciência Política (IUPERJ – UCAM)
- 2003 Professor Adjunto no Departamento de Ciência Política (UFRGS)
- 2004 Visiting Professor na Naval Post Graduate School (NPS)
- 2005 Post-Doctoral Visiting Scholar na Oxford University (UK)
- 2007 Bolsista de Produtividade em Pesquisa PQ 2 (CNPq)
- 2008 Coordenador Adjunto Área de Ciência Política e Relações Internacionais (CAPES)
- 2009 Professor Associado no Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFRGS)
- 2012 Diretor Pro Tempore do Instituto Latino Americano de Estudos Avançados (ILEA)
- 2013 Diretor do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)
- 2013 Bolsista de Produtividade em Pesquisa PQ 1D (CNPq)
- 2017 Visiting Professor na Renmin University (SIS-RUC)
- 2018 Professor Visitante no BRICS Policy Center (BPC - PUC Rio)

### 3. INDICADORES

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO ITEM	LATTES 2007-2017	LATTES 2016-2017	RAD 2007-2017	RAD 2016-2017	PONTOS 2007-2017	PONTOS 2016-2017
Atividades de Ensino e Orientação	Horas Aula GRAD	1.650	300	1.650	300	110	20
	Horas Aula MEST DOUT	975	195	975	195	65	13
	Orientacoes GRAD Semestres	108	31	108	31	54	15,5
	Orientacoes Concluidas GRAD	39	6	47	4	xxx	xxx
	Orientacoes Concluidas MEST	26	4	14	4	14	4
	Orientacoes Concluidas DOUT	14	1	14	1	28	2
	Orientacoes POS DOC Semestres	2	2	2	2	1	1
Atividades de Pesquisa e Extensão	Artigos Publicados Periodicos Indexados	27	6	27	5	xxx	xxx
	Artigos Periodicos Qualis A	9	4	9	4	135	60
	Artigos Periodicos Qualis B	16	1	14	0	140	0
	Artigos Periodicos Qualis C	0	0	0	0	0	0
	Livros Publicados com corpo editorial	7	0	6	0	90	0
	Capitulos Livros com corpo editorial	40	1	37	0	222	0
	Trabalhos Completos Anais Eventos	3	0	1	0	4	0
	Trabalhos Resumidos Anais Eventos	25	6	--	--	xxx	xxx
	Apresentacoes Eventos PAIS	9	3	--	--	xxx	xxx

	Apresentacoes Eventos EXTERIOR	18	3	--	--	xxx	xxx
	Bolsa PQ CNPq semestres	12	2	--	--	xxx	xxx
	Liderança Grupo Pesquisa Semestres	7	0	--	0	xxx	0
	Captacao Recursos Pesquisa + Extensao	29	6	46	8	92	16
	Org. Cursos Eventos não remunerados	14	0	--	0	xxx	0
	Participacao Bancas MEST DOUT	89	21	74	17	74	17
	Participacao Conselhos Editoriais	10	0	--	--	xxx	xxx
	Parecer Arbitragem Periodicos	63	19	--	--	xxx	xxx
	Parecer Assessoria Agencia Fomento	92	2	--	--	xxx	xxx
	Participacao Agencia Fomento	1	1	--	--	xxx	xxx
	Avaliação do docente pelos discentes	Media Anual Pontos Discentes	xxx	xxx	4,08	4,44	6,32
Atividades de Gestão	Semestres Direcao Unidade	8	0	8	0	40	0
	Semestres Membro NDE	8	4	--	--	xxx	xxx
	Semestres Membro Colegiados Unidade	8	0	--	--	xxx	xxx

<b>SÍNTESE DE PONTUAÇÃO ESTIMADA</b>		
	<b>2007-2017</b>	<b>2016-2017</b>
Atividades de Ensino e Orientação - Máx: 64 pontos	272	55,5
Atividades de Pesquisa e Extensão - Máx: 64 pontos	757	93
Avaliação do docente pelos discentes - Máx: 10 pontos	6,32	7,76
Atividades de Gestão	40	0
<p><b>Obs 1.:</b> Conforme o anexo 2 do Edital DERI 01/2017, a pontuação mínima para o candidato ser considerado apto à promoção é de 50% dos pontos máximos de cada item.</p>		
<p><b>Obs 2:</b> A avaliação discente média do docente foi de 4,08 para o período 2007-2017 e de 4,44 para o período 2016-2017. Conforme o anexo 2 do edital, para aprovação o docente terá que ter, na média da pontuação atribuída pelos discentes, o valor de 3,75 nas disciplinas ministradas no período,</p>		
<p><b>Obs 3:</b> O cálculo da Avaliação do docente pelos discentes é realizado conforme a seguinte fórmula: <math>20/5 \times (\text{média do período} - 5/2)</math>.</p>		



## 4. ATIVIDADES DE ENSINO E ORIENTAÇÃO

Ensinar e orientar andam perto, nos dicionários e na vida (Azevedo, 2010).<sup>5</sup> O sentido emancipador dos dois termos os afasta de guiar ou dirigir. Aproxima-os de educar, incentivar realizações e proporcionar aprendizados. Minha primeira experiência docente foi no movimento social, ainda adolescente, com o método de alfabetização de adultos desenvolvido por Paulo Freire. Entre 1985 e 1992 houve outras experiências com formação política e sindical.

A despeito do início auspicioso, e de ter mantido o compromisso com o estímulo à autonomia intelectual, estou ciente das minhas limitações. Não ilusiono um prêmio *Sapere Aude* como professor. Mesmo assim, persisti no ofício. Na universidade, iniciei em 1991 como professor substituto no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Entre 1995 e 2003 fui professor do Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG. Desde 2003 sou professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Primeiro no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e, a partir de 2010, no Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE).

Embora próximos, ensinar e orientar tem especificidades. Tratarei primeiro do **ensino** e depois das orientações acadêmicas.

Concluí a Licenciatura em História na UFMG em dezembro de 1990, tendo sido aprovado na seleção para o mestrado em Ciência Política no DCP na mesma época. No primeiro semestre de 1991, fui selecionado como substituto (Auxiliar de Ensino) para lecionar no departamento de História da UFMG. Ao mesmo tempo, cursava as disciplinas do Mestrado. Fui professor substituto apenas um semestre (18 de novembro de 1991 a 13

---

<sup>5</sup> AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. Dicionário analógico da língua portuguesa. Rio de Janeiro-RJ, Lexicon, 2010. 2ª edição, com prefácio curto e certeiro de Francisco Buarque de Holanda.

de abril de 1992), assumindo uma turma da disciplina de Historiografia Contemporânea (120 horas/aula), além de duas turmas da disciplina de Tópicos em Metodologia (30 horas/aula em cada turma).

Na disciplina de Historiografia, o Plano de Ensino iniciava com a apresentação crítica da Escola Histórica Alemã do século XIX (de Ranke a Dilthey). Depois avançava pela historiografia marxista do século XX (de Gramsci e o marxismo dos anos 1920 até a História Social inglesa) e terminava, *comme il faut*, com a Escola dos *Annales* e suas gerações. Revendo minhas notas, verifico que de fato iniciei pelo Renascimento (Bruni, Guicciardini, Maquiavel, Valla), passando depois pelo Iluminismo (Vico, Herder, Voltaire, Montesquieu, Hume, Gibbon), pelo Romantismo (Burckhardt, Michelet, Niehbur) e, sabe-se lá o porquê, pela trajetória completa da Escola Histórica Alemã incluindo autores como Johann Droysen (1808-1884) e Heinrich von Sybel (1817-1895). Não bastasse impor este desvio aos alunos e a mim mesmo, continuamos em marcha forçada até a terceira geração dos *Annales*. Afinal, a missão auto atribuída era polemizar contra os exageros da virada antropológica e narrativa da chamada Nova História Cultural. Daquela primeira experiência aprendi a tentar sempre (fracassando frequentemente) compatibilizar conteúdo, tempo, objetivos e audiência.

Para as duas turmas de Tópicos em Metodologia (diurno e noturno) eu pude propor um mesmo tema. Aproveitei a movimentação editorial do bicentenário de 1789 e as inquietações diante dos eventos no Leste Europeu e na União Soviética para elaborar um Plano de Ensino sobre a Historiografia da Revolução Francesa. Ao contrastar a obra de quatro historiadores franceses do século XX com orientações teórico-metodológicas e ideológicas bastante distintas entre si (Georges Lefebvre, Alfred Cobban, Albert Soboul e François Furet), realizamos discussões sobre o método comparativo e sobre a história das ideias e seus fundamentos sociais. O debate com os estudantes, vários deles recém colegas de graduação, foi decisivo. Aprendi ali o quanto, para qualquer docente, a participação construtiva dos discentes é crucial para uma experiência significativa de ensino e aprendizagem.

Em agosto de 1995 tomei posse no cargo de professor assistente na UFMG. Em março daquele ano eu havia iniciado o curso de doutorado em Ciência Política no IUPERJ (atual

IESP-UERJ). Mantive a condição dual de professor e de estudante até a conclusão do doutorado, em outubro de 2001. Entre 1997 e 1998 realizei pesquisa de campo para a tese nos Estados Unidos, como bolsista do CNPq (SWE) na Indiana University of Pennsylvania (IUP). Na volta ao Brasil, além de testar a paciência dos colegas do DCP com minha demora em concluir a tese, também assumi encargos e projetos. Até 2002 ensinei no curso de graduação em Ciências Sociais da UFMG, no Mestrado em Ciência Política na UFMG e no Mestrado em Administração Pública Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Também lecionei brevemente como professor visitante na Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales (FLACSO) do Equador, em Quito.

De modo geral, as disciplinas que lecionei até 2002 estiveram relacionadas com dois percursos de estudo, a política internacional e a decisão governamental. Na primeira senda, lecionei cinco vezes, entre 1995 e 2002, a disciplina de Política Internacional Contemporânea. Na graduação também lecionei disciplinas correlatas, tais como Estado, Democracia e Globalização, Elites Burocráticas, Capacidade Estatal e Globalização: teoria e o caso dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria, Introdução ao Estudo da Guerra, Sistema Político Internacional, Estado Moderno e Capitalismo, História da Guerra, além de Teoria de Relações Internacionais. Na segunda senda, mais voltada para os problemas de construção da capacidade estatal e da democracia, lecionei disciplinas como Informações e Governo, Estado, Democracia e Informação (compartilhada com a Professora Dra. Fátima Anastasia), Gestão da Informação (compartilhada com Luiz Cláudio da Silva Barros), Comparative Study of Intelligence Services, Analysis and Estimates in the U.S. Intelligence, Políticas Publicas de Defensa y Seguridad, Serviços de Inteligência e Segurança no Estado Contemporâneo (compartilhada com a Professora Dra. Vera Alice Cardoso), Introdução ao Estudo da Política, Novo Institucionalismo e Democracia na América Latina, além de Instituições Políticas.

Entre 1995 e 2002 ensinei mais de 1.560 horas aula, somados apenas a graduação e o mestrado. Desde então e até hoje adaptei ou desenvolvi Planos de Ensino integrados às

necessidades educacionais e ao avanço da pesquisa, conforme eu percebia e justificava tais necessidades (Schultz, Godson e Quester, 1997).<sup>6</sup>

Em 2003, graças à generosidade dos colegas do DCP e da administração central da UFMG, voltei para Porto Alegre (de onde eu havia saído em 1988), movido por razões familiares. Iniciei as atividades na UFRGS no primeiro semestre daquele ano. Em termos de ensino, é possível separar dois períodos na UFRGS (2003-2009 e 2010-2017). Em ambos, tem sido maior a recorrência das mesmas disciplinas obrigatórias.

Entre 2003 e 2009, fui professor no curso de graduação em Ciências Sociais (IFCH) e, desde 2004, também no curso de Bacharelado em Relações Internacionais (FCE). Também fui professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (M/D) e no Mestrado San Tiago Dantas em Relações Internacionais, ambos no IFCH. No segundo semestre de 2004 eu lecionei nos Estados Unidos, como professor visitante na Naval Post Graduate School (NPS).

Dentre as disciplinas que lecionei entre 2003 e 2009 incluem-se: Política Comparada, Política Comparada da América Latina, Teoria de Relações Internacionais, Government and Politics in Latin America, Inteligência de Segurança Pública, National Security Issues in Latin America, Seminário Avançado de Teoria Política, Segurança Internacional: teoria e análise, Análise de Política Externa, Introdução à Inteligência de Estado, Regimes Internacionais e Inteligência Multilateral, Seminário de Projeto de Pesquisa em Relações Internacionais, Análise e Avaliação de Políticas Públicas, Tópicos de Seguridad em America del Sur, Armas Nucleares no Século XXI, Novos Instrumentos de Gestão Pública, Ciência Política (compartilhada com o Professor Dr. Carlos Arturi), Introdução aos Estudos Estratégicos, Método Comparativo: estudos de caso e modelos estatísticos (compartilhada com o Dr. André Borges), Políticas de Segurança e Estratégia, Sistema Internacional, Gestão, Informação e Cidadania, Administração Pública, Gerência de

---

<sup>6</sup> Naquele livro cada professor escreveu um capítulo explicando suas escolhas pedagógicas e, em seguida, propondo um Plano de Ensino para uma disciplina na área de Estudos de Segurança. Em seguida, outros dois professores escreveram comentários críticos, eventualmente propondo Planos de Ensino alternativos para as mesmas disciplinas. SHULTZ JR, Richard; GODSON, Roy; QUESTER, George. [Editors]. Security Studies for the 21st Century. Dulles-VA, Brassey's, 1997. 466 pp.

Sistemas Públicos de Informação, Informática Pública, Política Comparada: China e Estados Unidos e Inteligência Governamental na Guerra e na Paz. Considerando uma média anual de três disciplinas na graduação e duas na pós-graduação *stricto sensu*, todas com 60h/a, entre 2003 e 2009 acumulei mais 2.100 horas aula no magistério superior.

Desde 2010, em decorrência da minha transferência para o Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI), aos poucos passei a lecionar exclusivamente no curso de Bacharelado em Relações Internacionais. Também sou credenciado apenas no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (mestrado e doutorado), o qual ajudei a fundar na Faculdade de Ciências Econômicas.

Neste período, além das disciplinas de Teoria de Relações Internacionais A, Teoria de Relações Internacionais B, Segurança Internacional e Inteligência Governamental na Guerra e na Paz, as quais leciono recorrentemente, também desenvolvi ou adaptei Planos de Ensino para ministrar as seguintes disciplinas: Geopolítica, Segurança e Diplomacia, Guerra e Estado: trajetórias na China, África e América do Sul, e-Governo no Brasil, Aspectos Institucionais da TI na Administração Pública Federal, Relações Internacionais Contemporâneas, Política na Era Digital, Tecnologia, Estado e Segurança Internacional, Seminário de Dissertação, Seminário de Tese e Security Issues in Latin America. Em 2017, fui professor visitante na Renmin University (Pequim) e também no Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique (ISRI), em Maputo, lecionando disciplinas sobre Segurança na América Latina. Entre 2010 e 2017, mesmo com uma média anual menor, de três disciplinas na graduação e uma na pós-graduação, cada uma com 60h/a, foram mais 1.680 horas aula de ensino.

Somando os três períodos (1995-2002, 2003-2009, 2010-2017), acumulei até aqui 5.340 horas aula como professor em disciplinas obrigatórias e optativas para a graduação, mestrado e doutorado. Uma média de 242,7 horas aula por ano entre 1995 e 2017. Não estão incluídas nesta estimativa os cursos de extensão e especialização. Tampouco as horas de preparação, correção e administração das atividades de ensino.

Antes de passar para o tema das orientações, me permito acrescentar três comentários sobre ensino. A primeira observação, de natureza administrativa, é que a repetição das

mesmas disciplinas obrigatórias ano após ano tem gerado retornos decrescentes para a prática na sala de aula. Há aspectos positivos, como o melhor domínio do conteúdo e da bibliografia relevante. Além disso, os programas de monitoria para graduandos e de estágio docente para os pós-graduandos tem me permitido contar sempre com excelentes assistentes. Ainda assim, pedagogicamente teria sido melhor não lecionar a mesma disciplina todos os anos desde 2004.

A segunda observação é positiva, sobre tecnologia e prática de ensino. No ano 2000 eu fiz minha primeira palestra por videoconferência, em um seminário que ocorria em Santiago de Chile, utilizando uma sala emprestada por uma grande empresa de Belo Horizonte. Não havia ainda equipamento de videoconferência acessível na UFMG. Tudo mudou desde então. Em 2004, quando lecionei na NPS na Califórnia, além da turma presencial de vinte e tantos de alunos, havia mais uns dez alunos matriculados que participavam das aulas em diferentes pontos do país por meio de grandes telas de computador nas paredes da sala de aula. Em 2007, juntamente com o professor Carlos Arturi, lecionamos uma disciplina de Ciência Política (com vídeos gravados, tutores e ferramentas síncronas e assíncronas de interação) em um curso de graduação EAD (Educação a Distância) da Escola de Administração da UFRGS em convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os mais de 600 alunos das 13 turmas encontravam-se em 14 pólos pelo Rio Grande do Sul. Em 2010, com recursos de um projeto apoiado pelo CNPq (Rede de Pesquisa em Paz e Segurança), instalamos novos equipamentos de videoconferência na UFRGS e em mais cinco universidades.

Desde então, tenho priorizado a participação em reuniões de trabalho e bancas de avaliação de trabalhos acadêmicos por videoconferência. Também passei a utilizar recursos EAD para a prática de ensino, pesquisa e extensão. Com apoio da Secretaria de Educação a Distância (SEAD-UFRGS) e de outras agências de fomento e instituições, nos últimos anos foi possível desenvolver um número significativo de objetos de aprendizagem, currículos e plataformas (<https://moodle.cegov.ufrgs.br>), integrando ensino presencial e a distância em diferentes escalas e modalidades (semipresencial, auto instrucional, MOOCs, *webinars*, videoconferências etc.). Para mencionar mais um exemplo, em 2015-2016 realizamos um curso de extensão de alcance nacional sobre Espaço e Relações Internacionais, disponível no repositório digital da UFRGS

(<https://goo.gl/gtwbL9>), juntamente com o guia de estudos produzidos por nossa equipe (<https://goo.gl/RgcUA4>). Como ocorre em outras situações de interação entre tecnologia, instituições e pessoas, há potencial nessa área, além de antigas e novas dificuldades. O fato é que a prática de ensino na universidade continuará sendo transformada pelo avanço da digitalização.<sup>7</sup>

O terceiro comentário, mais específico e longo do que os anteriores, é sobre o ensino de Teoria de Relações Internacionais (TRI). Afinal, tenho ensinado TRI na graduação e na pós-graduação desde 2002. Não obstante, publiquei até hoje apenas dois textos sobre TRI.<sup>8</sup> Aproveito então para explicitar algumas escolhas.

Parto de duas premissas e uma suposição. A primeira premissa, no âmbito da Sociologia do Conhecimento, recusa o maximalismo do “programa forte” iniciado pelo grupo de David Bloor na Universidade de Edimburgo. Concordo que a produção de conhecimento científico é uma prática social, mas os processos de geração e validação ou refutação do conhecimento não são completamente redutíveis às condições sociais de produção e circulação (Boudon, 1996).<sup>9</sup> As teorias de Relações Internacionais, neste sentido, também são socialmente situadas, mas suas regularidades, contradições e resultados tampouco são explicáveis apenas por condicionantes sociais e institucionais. É necessário também conhecer e criticar as premissas, axiomas, conceitos, construtos, variáveis, hipóteses, métricas, indicadores, resultados e inferências que constituem teorias e modelos. A segunda premissa combina um grau moderado de relativismo

---

<sup>7</sup> Outro aspecto é o potencial para a educação continuada, inclusive de nós professores universitários. Em nossas áreas de interesse mais imediato, por suposto, mas, principalmente, como forma de atender curiosidades intelectuais e necessidades de conhecimentos complementares. Ver, por exemplo, o curso de Miguel Centeno na Universidade de Princeton sobre Sociologia e estudo da guerra (<https://www.coursera.org/learn/war>); ou o curso de Yan Xuetong na Universidade Tsinghua sobre a China no sistema internacional (<https://www.edx.org/course/will-china-rise-disruptive-force-tsinghuax-thu00022x-1>).

<sup>8</sup> CEPIK, Marco; SCHNEIDER, Luiza. Kenneth Waltz. In: MEDEIROS, Marcelo et al [organizadores]. Os Clássicos das Relações Internacionais. São Paulo, HUCITEC, 2010, pp. 84-109. CEPIK, Marco; BRANCHER, Pedro. Estrutura e Agência nas Relações Internacionais: Construção do Estado e Evolução do Sistema Político Internacional. AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 6, pp. 154-189, 2017.

<sup>9</sup> BOUDON, Raymond. Conhecimento. In: BOUDON, Raymond [editor]. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996, pp. 519-560.

epistemológico (“crenças são socialmente produzidas, mas isto não explica tudo”) com uma posição ontológica realista (“existe uma realidade externa, feita de processos físico-químicos incertos e irreversíveis”). Finalmente, suponho que haja um modo racional de estabelecer o domínio de validade de diferentes tipos de conhecimento (Prigogine e Stengers, 1996).<sup>10</sup> A consistência entre as três assertivas, bem como suas implicações para o ensino e a pesquisa de RI, são controversas (Joseph e Wight, 2010).<sup>11</sup>

Seja como for, influenciaram minhas escolhas no ensino de TRI. Tento estimular uma postura crítica em relação a todas as teorias, porque as considero importantes para a boa prática de pesquisa e o exercício profissional competente na área de Relações Internacionais (Chernoff, 2009).<sup>12</sup> Ainda que de modo menos radical do que pretendia a primeira geração da Escola de Frankfurt, uma atitude crítica em relação às teorias demanda avaliar de maneira integrada (não necessariamente simultânea) suas pretensões explicativas, normativas, práticas e autorreflexivas, de modo a verificar suas condições de possibilidade e domínios de validade (Horkheimer, 2002).<sup>13</sup>

Procuro não limitar o ensino de teoria à apresentação sequencial dos “ismos” convencionais na área de Relações Internacionais. Mesmo os bons manuais, com variações, giram em torno do Realismo, Liberalismo, Marxismo, Construtivismo, Pós-Modernismo e Feminismo (Pecequilo, 2005; Nogueira e Messari, 2005; Burchill et al, 2005; Reus-Smith e Snidal, 2008; Carlsnaes, Risse e Simmons, 2013).<sup>14</sup> Este é o modo predominante de ensinar TRI no Brasil e na América Latina.

---

<sup>10</sup> PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *The End of Certainty: Time, Chaos, and the New Laws of Nature*. New York-NY, The Free Press, 1996.

<sup>11</sup> JOSEPH, Jonathan; WIGHT, Colin [editors]. *Scientific Realism and International Relations*. New York-NY, Palgrave Macmillan, 2010.

<sup>12</sup> CHERNOFF, Fred. *Defending foundations for International Relations Theory*. *International Theory* (2009) 1:3, pp. 466-477.

<sup>13</sup> HORKHEIMER, Max. *Traditional and Critical Theory*. In: HORKHEIMER, Max. *Critical Theory: selected essays*. New York-NY, Continuum, 2002, pp. 188-243

<sup>14</sup> PECEQUILO, Cristina. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis-RJ, Vozes, 2005. NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005. BURCHILL, Scott et al. *Theories of International Relations*. New York-NY, Palgrave Macmillan, 2005. 2nd edition. REUS-SMITH, Christian; SNIDAL, Duncan [editors]. *Oxford Handbook of International Relations*. Oxford-UK, Oxford



Tendo a concordar com o argumento de David Lake (2011), segundo o qual o ensino baseado exclusivamente em “ismos” corre o risco de reforçar uma atitude mental escolástica, eventualmente apologética.<sup>15</sup> Sei que não se trata de uma consequência inevitável, muito menos que resulte apenas do método de ensino (Nau, 2011; Sil e Katzenstein, 2011).<sup>16</sup> Há, mesmo assim, dois problemas adicionais naquela forma de ensinar teoria. Primeiro, ela tende a homogeneizar e reificar as “escolas de pensamento” (Waltz, 2008; Liu e Zhang, 2006, Acharya e Buzan, 2010).<sup>17</sup> No caso do marxismo, por exemplo, reduzi-lo a uma “escola de pensamento” uniforme empobrece bastante sua rica trajetória intelectual. Afinal, a relevância dos programas de pesquisa marxistas decorre em parte de sua grande capacidade de engajar polemicamente novos problemas e fatos. Um exemplo recente é o diálogo entre o marxismo político e o realismo estrutural (Teschke, 2003; Rosenberg, 2013; Callinicos, 2009).<sup>18</sup> O segundo problema é a tendência a omitir do ensino as teorias de alcance médio, importantes em uma área interdisciplinar como as Relações Internacionais (Merton, 1968; Taylor, 2012).<sup>19</sup>

---

University Press, 2008. O melhor deles, para os meus propósitos didáticos, é: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth [editors]. *Handbook of International Relations*. Thousand Oaks-CA, Sage, 2013.

- <sup>15</sup> LAKE, David. Why “isms” Are Evil: Theory, Epistemology, and Academic Sects as Impediments to Understanding and Progress. *International Studies Quarterly*, (2011) n. 55, pp. 465-480.
- <sup>16</sup> NAU, Henry R. No alternative to "isms". *International Studies Quarterly* (2011) 55, pp. 487-491. Ver também: SIL, Rudra; KATZENSTEIN, Peter J. De-Centering, Not Discarding, the "Isms": Some Friendly Amendments. *International Studies Quarterly* (2011) 55, 481-485.
- <sup>17</sup> WALTZ, Kenneth. "Realist Thought and Neorealist Theory". In: WALTZ, Kenneth. *Realism and International Politics*. New York, Routledge, 2008, pp. 67-82. LIU, Feng; ZHANG, Ruizhuang. The Typologies of Realism. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 1, 2006, pp. 109-135. O alerta contra a reificação vale para todas as perspectivas. Inclusive para as abordagens pós-positivistas ou pós-modernas, que se reivindicam apoditicamente como alternativas ao que chamam de *mainstream*. Note-se que esta distinção, tão ao gosto europeu, é pouco relevante quando as RI são vistas de fora do núcleo orgânico do capitalismo: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and Beyond Asia*. London, Routledge, 2010.
- <sup>18</sup> TESCHKE, Benno. *The Myth of 1648: Class, Geopolitics and the Making of Modern International Relations*. London, Verso, 2003. ROSENBERG, Justin. Kenneth Waltz and Leon Trotsky: Anarchy in the mirror of uneven and combined development. *International Politics*, 2013, v. 50 (2) pp. 183–230. CALLINICOS, Alex. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge, Polity Press, 2009.
- <sup>19</sup> Teorias de alcance médio, na acepção sociológica original de Robert Merton (1968), seriam: “*theories that lie between the minor but necessary working hypotheses that evolve in abundance during day-to-day research and the all-inclusive systematic efforts to develop a unified theory that will explain*

Uma alternativa é estimular a leitura direta dos autores clássicos e contemporâneos (Mingst e Snyder, 2008).<sup>20</sup> Mas isto é insuficiente. É preciso analisar o desenvolvimento teórico na área em termos macroscópicos, inclusive para se evitar o foco excessivo em testes de hipóteses sem acúmulo teórico (Mearsheimer e Walt, 2013).<sup>21</sup> Para lograr tal objetivo, prefiro não basear a reconstrução historiográfica e teórica em algo genérico como a noção de “grandes debates” (Kavalski, 2007).<sup>22</sup>

Ou mesmo na noção de “mudança de paradigma” (Kuhn, 1990).<sup>23</sup> Sinto duas dificuldades com a abordagem kuhniana do problema. A primeira é quanto ao uso do termo paradigma. Me parece que a área de RI é caracterizada pela ausência de constelações de crenças amplamente compartilhadas (pré-paradigmática, portanto), ainda sem um amplo estoque de modelos e exemplos para a solução “normal” de problemas. Minha segunda dificuldade é que, no limite, embora Kuhn tenha rejeitado a acusação de ser relativista, a mudança científica revolucionária para ele equivale a uma mudança de perspectiva (*Gestalt*) coletiva, fundada na persuasão e conversão da comunidade sem relação necessária com os resultados cumulativos e corroborados das pesquisas. Seguir

---

*all the observed uniformities of social behavior, social organization and social change*”. MERTON, Robert. *Social Theory and Social Structure*. New York, Free Press, 1968. Third expanded edition. p. 39. Um exemplo de teoria de alcance médio em RI: TAYLOR, Mark Z. *Toward an International Relations Theory of National Innovation Rates*. *Security Studies*, 21 (1), jan. 2012, pp. 113-152.

<sup>20</sup> MINGST, Karen; SNYDER, Jack [editors]. *Essential Readings in World Politics*. New York-NY, W.W. Norton & Company, 2008. 3rd Edition.

<sup>21</sup> MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. *Leaving Theory Behind: Why Hypothesis Testing Has Become Bad for IR*. HKS Faculty Research Working Paper Series RWP13-001, jan. 2013.

<sup>22</sup> Segundo esta reconstrução de sentido, a área de RI teria evoluído nos últimos cem anos por meio de sequências de debates fundamentais: idealismo/realismo, tradicionalismo/comportamentalismo, neo-institucionalismo/neorealismo, positivismo/pós-positivismo, linearidade/complexidade. Cf. KAVALSKI, Emilian. *The fifth debate and the emergence of complex international relations theory: notes on the application of complexity theory to the study of international life*. *Cambridge Review of International Affairs*, Volume 20, Number 3, September 2007, pp. 435-454.

<sup>23</sup> No famoso Posfácio de 1969, Thomas Kuhn definiu o termo paradigma de modo dual: “*De um lado, denota toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc, partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal.*” KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1990. Terceira Edição (1963).

por aqui levaria ao círculo completo, retomando o programa forte da Sociologia do Conhecimento que recusei como premissa e ponto de partida (Vasquez, 2003).<sup>24</sup>

Como alternativa ao critério de falseabilidade popperiano e ao critério de conversão kuhniano, decidi organizar o ensino de TRI por meio da metodologia de avaliação de programas científicos de pesquisa (MSRP). Proposta por Imre Lakatos (1978; 1987), a MSRP também tem problemas, mas me parece mais promissora como forma de avaliar racionalmente o nível intermediário (entre as hipóteses e paradigmas) que caracteriza o esforço de teorização (Larvor, 1998).<sup>25</sup> De todo modo, não é trivial definir regras explícitas, precisas e consensuais para a refutação de teorias. Tento seguir o alerta de Andrew Bennett (2003) quanto a qualquer discussão metateórica.<sup>26</sup>

Aos poucos, o ensino de TRI e as demandas práticas dos estudantes me levaram a mudar o Plano de Ensino enfatizando mais os procedimentos de formulação de teorias e modelos em Ciências Sociais. A maioria dos livros com orientação metodológica e instrumental foca, compreensivelmente, na formulação e teste de hipóteses. Ou nos diferentes delineamentos de pesquisas (Pennings, Keman e Kleinnijenhuis, 2003; Sprinz

---

<sup>24</sup> Para um argumento a favor da posição eclética: VASQUEZ, John. Kuhn versus Lakatos? The Case for Multiple Frames in Appraising International Relations Theory. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam. Progress in International Relations Theory: Appraising the field. Cambridge-MA, BCSIA, 2003, pp. 420-454.

<sup>25</sup> LAKATOS, Imre. The Methodology of Scientific Research Programmes. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 1978. LAKATOS, Imre. Historia de la Ciencia y sus Reconstrucciones Racionales. Madrid, Tecnos, 1987. LARVOR, Brendan. Lakatos: An Introduction. London, Routledge, 1998.

<sup>26</sup> Segundo Bennet (2003: 456), é importante levar em conta três distinções quando se aplica Lakatos para avaliar o progresso teórico em RI: *“First, it is important to attend to differences among the theoretical units in question: schools of thought, law-like theories, puzzle or problem-driven research programs, or causal mechanisms acting in isolation or joined in combinations. Here, Lakatos’s distinction between the hard core and outer belt, while a useful metaphor, is rather arbitrary and insufficiently fine-grained. Second, as David Dessler argues, in judging progress it is necessary to specify which of the potential epistemic aims of a theory or research program is being assessed: law-like generalizations, historical explanations of events, or contingent generalizations about the conditions under which causal mechanisms have specified effects. Third, in devising standards for theoretical progress, we must make distinctions among the kinds of theories that are possible in the social sciences and those that are possible in the biological and physical sciences.”* BENNET, Andrew. A Lakatosian Reading of Lakatos: What Can We Salvage from the Hard Core? In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam. Progress in International Relations Theory: Appraising the field. Cambridge-MA, BCSIA, 2003, pp. 455-494.

e Wolinsky-Nahmias, 2004).<sup>27</sup> Mas a compreensão do processo de construção de teorias explicativas e modelos descritivos precede e apoia o trabalho metodológico (Jaccard e Jacoby, 2009).<sup>28</sup>

Finalmente, devo reconhecer que, devido ao meu interesse de pesquisa em Segurança Internacional, mais espaço foi dedicado no ensino de TRI para o estudo de alguns programas de pesquisa. Mesmo sem excluir, por exemplo, o programa neo-institucionalista e o feminista, de fato priorizei o neorealismo estrutural, o construtivismo à Buzan, o realismo neoclássico, a Sociologia Histórica, a transição de poder, os ciclos sistêmicos de acumulação e o marxismo político.

Vejamos agora as atividades de **orientação**.

Conforme consta no currículo Lattes, desde 1997 concluí a orientação de 56 trabalhos de conclusão de curso (TCCs) de graduação, 35 atividades de iniciação científica, 12 orientações de outra natureza (monitoria, apoio técnico, EAD etc), 05 monografias de cursos de Especialização, 36 dissertações de mestrado e 14 teses de doutorado. Ao todo foram 158 orientações em diferentes modalidades. Nos últimos 20 anos (1997-2017), concluí uma média de 7,9 orientações por ano.

No caso das 36 dissertações de mestrado, as orientei nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Administração Pública (FJP-MG), Ciência Política (UFMG), Relações Internacionais (UFRGS), Ciência Política (UFRGS) e Estudos estratégicos Internacionais (UFRGS). Os problemas mais comuns tratados nas dissertações foram nas áreas de Estudos Estratégicos e de Defesa (05), Segurança Internacional (04), Estudos de Inteligência (03), Sociologia Histórica e Construção do Estado (05), Relações Bilaterais e Regimes Internacionais (03), Teoria de Relações Internacionais (02), Governança Digital (04), Petróleo e Economia Política Internacional (04), bem como Integração da

---

<sup>27</sup> PENNING, Paul; KEMAN, Hans; KLEINNIJENHUIS, Jan. *Doing Research in Political Science: an introduction to comparative methods and statistics*. London, Sage, 2003. SPRINZ, Detlef; WOLINSKY-NAHMIAS, Yael. [editors]. *Models, Numbers & Cases: methods for studying international relations*. Ann Arbor-MI, The University of Michigan Press, 2004.

<sup>28</sup> JACCARD, James; JACOBY, Jacob. *Theory Construction and Model-Building Skills: a practical guide for Social Scientists*. New York: The Guilford Press, 2009.

América do Sul (06). Atualmente oriento três dissertações de mestrado no PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS.

Já as 14 teses doutorais foram todas defendidas na UFRGS entre 2008 e 2017, no PPG em Ciência Política (11) e no PPG em Estudos Estratégicos Internacionais (03). Os temas das teses foram: Digitalização e Guerra Local; Política Externa Chinesa para a Rússia; Brasil e América do Sul no Governo Lula; Relações Brasil-Estados Unidos; Paz, Segurança Internacional e a Inserção do Brasil; e-Governo e Accountability em Poliarquias; História do Partido Revolucionário Comunista; China e Estados Unidos na Balança de Poder do Leste Asiático; Energia como Recurso de Poder na Política Internacional; Explicando a Cooperação Militar na América do Sul; População e Defesa: polaridade, polarização e atrito no século XXI; Governança Global da Internet; Institucionalização da Atividade de Inteligência Prisional em Israel; Tecnologia, Guerra e Capacidades Militares: sistemas robóticos e desenho de força no século XXI. Atualmente oriento quatro teses doutorais no PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS.

No caso dos TCCs, oito foram defendidos no curso de graduação em Ciências Sociais da UFMG em 2002-2003. Os demais TCCs (48) foram defendidos entre 2007 e 2017, no curso de graduação em Relações Internacionais da UFRGS. Os tópicos analisados nos TCCs são diversificados, mas predominam os temas de segurança internacional, América do Sul, África, Estudos de Inteligência e questões teóricas sobre democracia, Estado e sistema internacional. Por definição, as orientações de Iniciação Científica foram ligadas aos projetos de pesquisa que coordenei.

Além de orientar, entre 1996 e 2017 também participei de 68 bancas examinadoras de dissertações de mestrado, 37 bancas de teses doutorais, 42 bancas de qualificação de doutorado, 21 bancas de qualificação de mestrado, além de 88 bancas examinadoras de trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCCs).

Antes de encerrar esta seção, acrescento um comentário procedimental sobre as orientações. Pressões institucionais e carga de trabalho impuseram uma rotina coletiva para as atividades de orientação. Hoje a reputo como adequada em termos pedagógicos.

Os estudantes de graduação e pós-graduação interessados em receber orientação acadêmica devem primeiro enviar e-mail para marco.cepik@ufrgs.br. Sugere-se que o estudante conheça o currículo (<http://lattes.cnpq.br/3923697331385475>) e a produção do professor (<http://professor.ufrgs.br/marcocepik>), verificando assim a compatibilidade com seus interesses.

Os interessados recebem um guia com diretrizes, modelos de documentos e instruções de uso das plataformas do CNPq, UFRGS etc. Também são instados a enviar um esboço de Folha Resumo (uma página contendo título provisório, pergunta de pesquisa, hipóteses de trabalho, delineamento de pesquisa, sumário provisório contendo os capítulos ou seções do trabalho a ser escrito). Esta Folha Resumo será refeita ao longo do processo. Obrigatoriamente antes da segunda reunião de orientação, os discentes precisam ter lido Eco (1989), Abreu (2006), Moura; Moura (2017), Turabian (2010), Booth et al (2016) e Van Evera (1997).<sup>29</sup> Como parte do processo de formular um projeto de pesquisa, se ensina como fazer e se requer dos orientandos que elaborem uma revisão sistemática da literatura na sua respectiva área de interesse (Knopf, 2016; Greenhalgh, 2013).<sup>30</sup>

Em parte, orientar é buscar o equilíbrio entre as potencialidades de cada orientando, as capacidades do orientador, as demandas institucionais e os recursos escassos. Mas a orientação é, principalmente, um prolongado diálogo intelectual. Procuo debater o trabalho de cada orientando nas várias etapas, desde a formulação da Folha Resumo até o depósito na biblioteca depois da defesa. Mas o faço de modo coletivo. As reuniões

---

<sup>29</sup> Vale a leitura de qualquer edição, mas atualmente utilizo: ECO, Umberto. Como se Faz uma Tese. São Paulo, Perspectiva, 1989 [1977]. ABREU, Sabrina. Elaboração de Resumos. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006. MOURA, Chico; MOURA, Wilma. Tirando de Letra: orientações simples e práticas para escrever bem. São Paulo, Companhia das Letras, 2017. TURABIAN, Kate. Manual for Writers of Research Papers, Theses, and Dissertations. Chicago-IL, University of Chicago Press, 2010. 8th edition [1937]. BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. The Craft of Research. Chicago, The University of Chicago Press, 2016. Fourth edition [1995]. VAN EVERA, Stephen. Guide to Methods for Students of Political Science. Ithaca-NY, Cornell University Press, 1997.

<sup>30</sup> KNOPF, Jeffrey. Doing a Literature Review. PS January 2016, 127-132. GREENHALG, Trisha. Como Ler Artigos Científicos: fundamentos da medicina baseada em evidências. Porto Alegre-RS, Artmed, 2013. 4a edição.

são periódicas (dependendo da época do ano podem ser mensais, quinzenais ou até semanais). No intervalo entre as reuniões realizamos as leituras e revisão dos trabalhos e trocamos informações. Tais sessões coletivas com orientandos e bolsistas fortalecem os discentes intelectual e emocionalmente, estimulando a cooperação. A regra é que as pessoas intervêm sem distinções entre graduandos e pós-graduandos. Comentários e críticas são estimulados, sendo valorados pela sua contribuição potencial à solução do quebra-cabeça em tela. Persistem assimetrias. Afinal, como orientador também sou responsável pela conclusão do trabalho.

Sem elidir, portanto, dificuldades e frustrações próprias da vida acadêmica, os resultados mensuráveis das atividades de ensino e orientação têm sido positivos.

## 5. AVALIAÇÃO DO DOCENTE PELOS DISCENTES

Segundo o Relatório de Avaliação do Docente pelos Discentes emitido pela Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) da UFRGS, no período entre 01/01/2016 e 28/12/2017 obtive média geral 4,44 em uma escala de quatro níveis: 1 a 2 (péssimo), 2,1 a 3 (ruim), 3,1 a 4 (bom) e 4,1 a 5 (ótimo). Para ser considerado apto a ser promovido para a classe de professor Titular, a UFRGS exige uma média geral de, no mínimo, 3,75 pontos no período. Aplicada a fórmula do Edital DERI 01/2017, obtive 7,76 de um máximo de 10 pontos no biênio.

Foram incluídas no relatório 2016-2017 cinco atividades de ensino (disciplinas de 60 h/a), todas elas desenvolvidas na graduação em Relações Internacionais. As médias por atividade foram 4,35 (TRI A em 2015/2), 4,62 (TRI B em 2016/1), 3,91 (TRI A em 2016/2), 4,79 (Seminário Temático de RI em 2016/2), 4,76 (TRI B em 2017/1). As avaliações variam conforme a atividade de ensino e a questão específica. Mesmo sem uma descrição sistemática (moda e mediana, por exemplo), um exame superficial indica que obtive consistentemente médias mais altas em perguntas sobre domínio do conteúdo, cumprimento do Plano de Ensino e atitudes de respeito do que em perguntas sobre clareza expositiva, pontualidade e adequação dos recursos didáticos utilizados.

Considero importante a avaliação do docente pelos discentes. Trata-se de prática que vem se institucionalizando na UFRGS. Mas também considero que há quatro defeitos atuais que deveriam ser corrigidos. Primeiro, atualmente o preenchimento da avaliação pelos discentes é voluntário, mas sua utilização como critério para progressão funcional dos docentes é obrigatória. Segundo, atualmente os discentes podem preencher a avaliação depois de visualizarem o conceito final obtido na disciplina, o que pode causar distorções. Terceiro, o número atual de questões (11) deveria ser reduzido, evitando repetições melhorando sua precisão linguística. A quarta modificação, polêmica, seria introduzir uma regra no sistema de apropriação de conceitos que limite em 20 a 25% de cada turma o número de matriculados aos quais o professor pode atribuir conceito A. No mínimo, a avaliação do docente deveria ser obrigatória para os discentes, pré-condição e etapa prévia para que os discentes pudessem visualizar o conceito obtido na disciplina.



Considerando um período mais longo, entre 01/01/2007 e 28/12/2017, obtive média geral 4,08. Aplicada a fórmula de cálculo do Edital DERI 01/2017, eu obteria 6,32 pontos de um máximo de 10 nos últimos dez anos. Constam no relatório 27 atividades de ensino, mas só estão disponíveis as médias específicas por questão nas turmas a partir de 2014/2. Ao longo do período, a média mais baixa atribuída por uma turma foi 2,81 (em 2008/1). A média mais alta foi 4,79 (em 2016/2). Das 27 atividades de ensino avaliadas, 15 turmas foram disciplinas de TRI A e B. A média das médias obtidas nas disciplinas de TRI entre 2007 e 2017 foi 4,21. Para as disciplinas lecionadas desde 2014/2 observa-se o mesmo padrão de médias mais altas na avaliação dos quesitos relativos a domínio de conteúdo (a ocorrência mais alta foi 5,0) e atitude respeitosa (também 5,0) do que nos quesitos relativos a clareza expositiva (a ocorrência mais baixa foi 3,56) e pontualidade (a mais baixa foi 2,96).

Para além do óbvio (preciso ser mais pontual e melhorar a didática, mantendo os hábitos de estudo e a civilidade), não consigo inferir muita coisa desses dados. Por exemplo, valeria saber se há correlação entre médias obtidas pelo docente e desempenho acadêmico dos discentes (Uttl, White e Gonzales, 2017).<sup>31</sup> Talvez o tempo transcorrido desde que o processo de avaliação foi instituído também seja um fator (as menores médias ocorreram até 2008, em turmas com pequeno número de respondentes). Outras variáveis de interesse seriam, por exemplo, o impacto do tipo de instrumento utilizado para avaliar o desempenho dos discentes, os diferentes cursos de licenciatura e bacharelado, a expansão de vagas na universidade, ou mesmo o contexto político e econômico. Ter cumprido o requisito para a promoção é positivo. Mas, do ponto de vista institucional, o próprio requisito precisa ser melhorado.

---

<sup>31</sup> UTTL, Bob; WHITE, Carmela; GONZALES, Daniela W. Meta-analysis of faculty's teaching effectiveness: Student evaluation of teaching (SET) ratings and student learning are not related. *Studies in Educational Evaluation*, number 54 (2017), pp. 22-42.

## 6. ATIVIDADES DE GESTÃO

Com a exceção do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da UFRGS, que dirigi por quase quatro anos, minha participação em atividades de gestão na universidade até hoje foi limitada.

Na UFMG, fui subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Na UFRGS, fui membro da Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação San Thiago Dantas em Relações Internacionais, coordenador-substituto do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, coordenador-substituto do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, diretor *pro tempore* do Instituto Latinoamericano de Estudos Avançados (ILEA) e diretor do CEGOV. Particpei de alguns órgãos colegiados como representante docente, incluindo a Comissão de Graduação e o Núcleo Docente Estruturante do curso de bacharelado em Relações Internacional, o conselho do ILEA e o Conselho da Unidade (CONSUNI) da Faculdade de Ciências Econômicas, todos na UFRGS. No ano de 2008, fui coordenador adjunto da área de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES.

Costumo repetir que evitei as atividades de gestão até aqui não porque eu tenha aversão a elas. Mas, pelo contrário, porque gosto e valorizo as funções administrativas. Temi que uma vez tomado tal caminho, dele já não me afastaria para retornar para o ensino, orientação, pesquisa e extensão. É *bene trovato*, mas não é uma justificativa válida. Há excelentes professores e pesquisadores que são também excelentes gestores e alternam sem dificuldades os dois papéis. Seja como for, dado que o CEGOV foi minha única experiência de gestão significativa, me permito alguns comentários adicionais.<sup>32</sup>

A decisão de criar um centro interdisciplinar sobre atividades de governo foi tomada pelo Conselho Universitário (CONSUN) da UFRGS em 04 de dezembro de 2009, quando o Regimento do CEGOV foi estabelecido pela Decisão 474 daquele órgão. Conforme o Estatuto e o Regimento Geral da UFRGS, os centros de estudo interdisciplinares

---

<sup>32</sup> <https://www.ufrgs.br/cegov>.

destinam-se a reunir especialistas da universidade e de fora dela com o objetivo de desenvolver novos programas de ensino (inclusive podendo sediar programas de pós-graduação *stricto sensu*), pesquisa e extensão. Tais centros reúnem necessariamente docentes lotados em diferentes departamentos. Também devem apresentar relatórios anuais ao Conselho Universitário, que é a instância que cria e renova a autorização de funcionamento dos centros interdisciplinares a cada três anos. O projeto de criação do CEGOV foi encaminhado ao Conselho Universitário depois de ser aprovado pelos Conselhos da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Escola de Administração (EA) e Instituto de Informática (INF). Posteriormente, o centro também foi apoiado pelo CONSUNI da Faculdade de Direito e da Escola de Engenharia. Duas premissas orientaram a criação do CEGOV. A primeira é que a UFRGS é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC) e, como órgão integrante da Administração Pública Federal, deveria contribuir para a discussão e a busca de soluções para os desafios da construção do estado e da democracia em nosso país. A segunda premissa é a de que os problemas analíticos e práticos da área governamental demandam a cooperação de especialistas de diferentes áreas.

Desde a sua fundação, o CEGOV teve quatro diretores e eu fui o segundo.<sup>33</sup> Não obstante o mantra da interdisciplinaridade entoado em qualquer campus universitário do mundo, na prática todas as estruturas de incentivos orçamentários e acadêmicos reforçam a natureza confederativa (ilhas de faculdades e institutos) das universidades federais brasileiras. Epistemologicamente, a interdisciplinaridade é prevenida por meio do patrulhamento intensivo das fronteiras disciplinares. Na prática, isto significa que os sete centros interdisciplinares atualmente existentes na UFRGS não dispõem de orçamento ou estrutura permanente significativa, sendo viabilizados em grande medida por meio de seus próprios projetos.<sup>34</sup> Durante a minha gestão, desenvolvemos um

---

<sup>33</sup> A saber, Paulo Visentini (2010-2011), Marco Cepik (2011-2014), Pedro Fonseca (2015-2016), Ário Zimmermann (2017-2018). Os três vice-diretores foram Gustavo Grohmann (Ciência Política), Cláudio Muller (Engenharia de Produção) e Ricardo Cassel (Engenharia de Produção).

<sup>34</sup> Sobre os Centros Interdisciplinares da UFRGS, ver Institutos e Centros na seção sobre Pesquisa na página de dados da universidade: <https://goo.gl/M5wb7n>. Atualmente o CEGOV conta com dois servidores técnico-administrativos, mas nos primeiros cinco anos de existência todo o trabalho técnico era realizado por estudantes e docentes.

sistema informatizado de apoio à pesquisa (SIPESQ), registramos o centro no diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, ajustamos o regimento interno, adaptamos a plataforma Moodle para educação a distância, estruturamos uma equipe de apoio técnico, implementamos uma estratégia de comunicação e elaboramos um manual de governança.<sup>35</sup> A consolidação administrativa do centro acompanhava a expansão de suas atividades de pesquisa, capacitação, extensão e editoria. Também construímos parcerias internas e externas à universidade para ampliar o escopo de conteúdos (vide perfil dos grupos de trabalho) e de habilidades (pesquisa aplicada, capacitação e transformação institucional).

Deixei a direção do CEGOV em dezembro de 2014. Naquele momento o centro reunia 83 pesquisadores de 14 departamentos diferentes da UFRGS, 44 pesquisadores associados de outras instituições, 11 grupos de trabalho, 64 parceiros institucionais internos e externos à universidade, 22 bolsistas de apoio técnico e 212 bolsistas assistentes de pesquisa. Além dos 11 projetos e 06 eventos executados naquele ano, também lançamos os primeiros 10 livros de um esforço editorial que já gerou 25 livros individuais e coletivos, com mais de uma centena de autores.<sup>36</sup> Desde que concluí os dois mandatos como diretor, continuo vinculado CEGOV como pesquisador nos Grupos de Trabalho sobre Governança Digital e sobre Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança.

---

<sup>35</sup> O Manual de Governança para a gestão matricial de projetos e os relatórios anuais de atividades estão disponíveis na página de publicações do CEGOV (<https://goo.gl/medSQr>). Uma descrição do SIPESQ, do Moodle e do Bizage (ferramenta livre que utilizamos para o mapeamento de processos) encontram-se na seção Ferramentas do sítio internet do CEGOV (<https://goo.gl/j5h8j6>).

<sup>36</sup> Cf. o Relatório de Atividades de 2014 em: <https://goo.gl/mh4HBJ>.

## 7. ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO

Nesta seção, começo apresentando alguns indicadores sobre a produção intelectual. Em seguida, mencionarei os projetos de pesquisa e de extensão. Na sequência, discutirei o papel das coautorias. Finalmente, analisarei alguns resultados de pesquisa.

Entre 1995 e 2017, tive 45 artigos científicos publicados. Nove deles em periódicos classificados no Qualis CAPES (2013-2016) da área de Ciência Política e Relações Internacionais como A1 (09), sete em periódicos classificados como A2 (07), sete em periódicos B1 (07), onze em periódicos B2 (11), dois em B3 (02) e um em periódico B4 (01).<sup>37</sup> Os demais foram publicados em periódicos que não constam no Qualis porque não houve ocorrência recente (Análisis Político, de Bogotá), ou porque ainda não foram avaliados (The International Journal of Intelligence, Security, and Public Affairs). Nove artigos foram publicados no exterior (Estados Unidos, Reino Unido e Colômbia). Os demais no Brasil. Os sistemas de avaliação institucional influenciam as decisões de publicação de resultados de pesquisa, mas não são os únicos fatores.

Por exemplo, produzi também 43 capítulos de livros publicados entre 1994 e 2017, algo desincentivado pelas métricas correntes de avaliação. Sete capítulos foram publicados no exterior (Estados Unidos, Reino Unido, Holanda, Costa Rica e Espanha), enquanto os demais foram publicados no Brasil. Desde 2002, fui autor ou editor de 11 livros publicados, quatro como único autor ou editor e sete em coautoria ou coedição. Um livro foi publicado na Colômbia e os demais no Brasil. O livro Espionagem e Democracia (FGV, 2003) foi o resultado principal de minha tese doutoral.

Além de artigos científicos, livros e capítulos, minha produção bibliográfica desde 1995 inclui 51 textos publicados em jornais e revistas de divulgação, 08 trabalhos completos em Anais de Congressos, 29 resumos publicados em Anais de Congressos, 85 trabalhos

---

<sup>37</sup> Cf. Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): <https://goo.gl/gqXX4C>.

apresentados em seminários e congressos no Brasil e no exterior, bem como 07 outras publicações (seis prefácios e uma tradução de livro).

Por sua vez, a produção técnica no período 1995-2017 inclui dois programas de computador (desenvolvidos em equipe), um manual de processos para a gestão acadêmica (também desenvolvido em equipe), além de 165 trabalhos técnicos (21 projetos de pesquisa elaborados e 144 pareceres exarados para diversos periódicos científicos, para a CAPES e para o CNPq). Outros 111 trabalhos técnicos incluem relatórios de pesquisa e cursos de curta duração ministrados como extensão.

Desde 1999, participei como palestrante ou debatedor em 122 eventos públicos, dos quais 32 internacionais e 90 brasileiros. Também participei da comissão organizadora de 14 eventos acadêmicos. Do total de participações em eventos, 28 foram apresentações de trabalhos em congressos, dos quais 18 internacionais e 10 brasileiros.<sup>38</sup>

Somados todos os itens de produção bibliográfica e técnica, minha atividade intelectual até aqui foi instanciada (para usar uma expressão da Engenharia de Software) em pelo menos 470 produtos distintos. Média de 21,3 itens concluídos por ano.<sup>39</sup> Há continuidade entre eles, não apenas entre produção técnica intermediária e produção científica final, mas também resultado de atividades de pesquisa e extensão que tiveram continuidade no tempo.

Entre 2003 e 2017 participei de 25 projetos de pesquisa, em 19 deles como coordenador. O CNPq financiou 13 dos projetos de pesquisa, sendo os demais financiados por

---

<sup>38</sup> Congressos organizados pelas seguintes associações científicas: International Studies Association (ISA), Midwest Political Science Association (MPSA), International Political Science Association (IPSA), International Public Policy Association (IPPA), Latin American Studies Association (LASA), World International Studies Committee (WISC), European Consortium for Political Research (ECPR), Association for Asian Studies (AAS), The South African Association of Political Studies (SAAPS), Peace Science Society (PSS), Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLITICA), Sociedade Brasileira de Computação (SBC).

<sup>39</sup> Tomara que nunca chegue o dia em que serão contabilizadas as emissões, para fins de promoção na carreira profissional, de ofícios, memorandos, cartas de recomendação, e-mails, anotações, garatujas, pixels, sinapses, suspiros e solfejos.

agências como CAPES, Friedrich Ebert Stiftung (FES), Center for Civil-Military Relations (CCMR), Ford Foundation, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Pro-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ-UFRGS). Fui bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq entre 2007 e 2016, nas categorias 2 e 1D. A crise recente e os ataques deliberados do governo Temer à educação, ciência e tecnologia no Brasil tiveram implicações sistêmicas, reduzindo orçamentos, pressionando instituições e desorganizando equipes de trabalho. Como muitos, também fui afetado. Atualmente coordeno dois projetos de pesquisa financiados pelo CNPq e participo como pesquisador em quatro grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.<sup>40</sup>

Entre 2007 e 2017 também desenvolvi 17 projetos de extensão, em 12 dos quais fui o coordenador. Cito apenas um exemplo de cada modalidade: pesquisa aplicada (Planejamento estratégico do MDIC), educação a distância (Curso Espaço e Relações Internacionais), oficinas de formação (Elaboração de Projetos de Pesquisa), curso de Especialização (Engenharia de Software e Requisitos no Setor Público), seminários (The Future of Europe and the Belt and Road Initiative), desenvolvimento de objetos de aprendizagem (Análise de Políticas Públicas). Esta diversidade é compatível com a definição de extensão adotada pelo Estatuto da UFRGS (*“interação entre a Universidade e a sociedade, visa ao desenvolvimento mútuo, através de atividades de cunho científico, tecnológico, social, educacional e cultural”*).<sup>41</sup>

Os projetos de pesquisa e extensão mobilizaram recursos significativos e dezenas de pesquisadores e assistentes nos últimos 14 anos. Como resultado das dinâmicas coletivas que ensejaram, bem como do método de orientação adotado, 66% da minha produção científica desde 1994 foi realizada em coautoria com colegas e orientandos.

---

<sup>40</sup> Fui líder do Grupo de Estudos Internacionais sobre Governo durante quatro anos (2011-2014). Atualmente sou pesquisador do grupo Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (UFRGS), do grupo Inteligência Governamental (UFMG), do grupo Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e do Grupo de Estudos Estratégicos (UFRJ). Cf. [dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/3923697331385475](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/3923697331385475).

<sup>41</sup> <https://goo.gl/meij8x>.

Menciono as coautorias por duas razões. A mais importante é porque elas têm sido uma fonte de aprendizado, vínculo social e estímulo intelectual. A outra razão é porque persiste ambiguidade na área de Humanas a respeito da desejabilidade e dos critérios de valoração das coautorias.

O grafo da Figura 1 foi gerado com o software livre Gephi para visualização de grupos e redes.<sup>42</sup> Foram consideradas as 98 publicações principais (artigos, capítulos e livros). Do total de publicações, 65 foram em coautoria (66%) e 33 como único autor. Como em algumas produções há mais de um coautor e vice-versa, no total foram 94 coautorias com 42 pessoas diferentes. No grafo, a espessura de cada linha indica o número de coautorias com cada pessoa. Houve ocorrência de coautorias em 27 artigos, 32 capítulos e 07 livros. Os coautores foram classificados como professores (azul) ou estudantes (verde). Dos 42 coautores, 19 eram professores e 23 eram estudantes à época da publicação.<sup>43</sup> Os professores atuavam à época nas áreas de Ciência Política, Relações Internacionais, Engenharia de Produção, Políticas Públicas, Administração, Filosofia, Economia, Epidemiologia e Contabilidade.

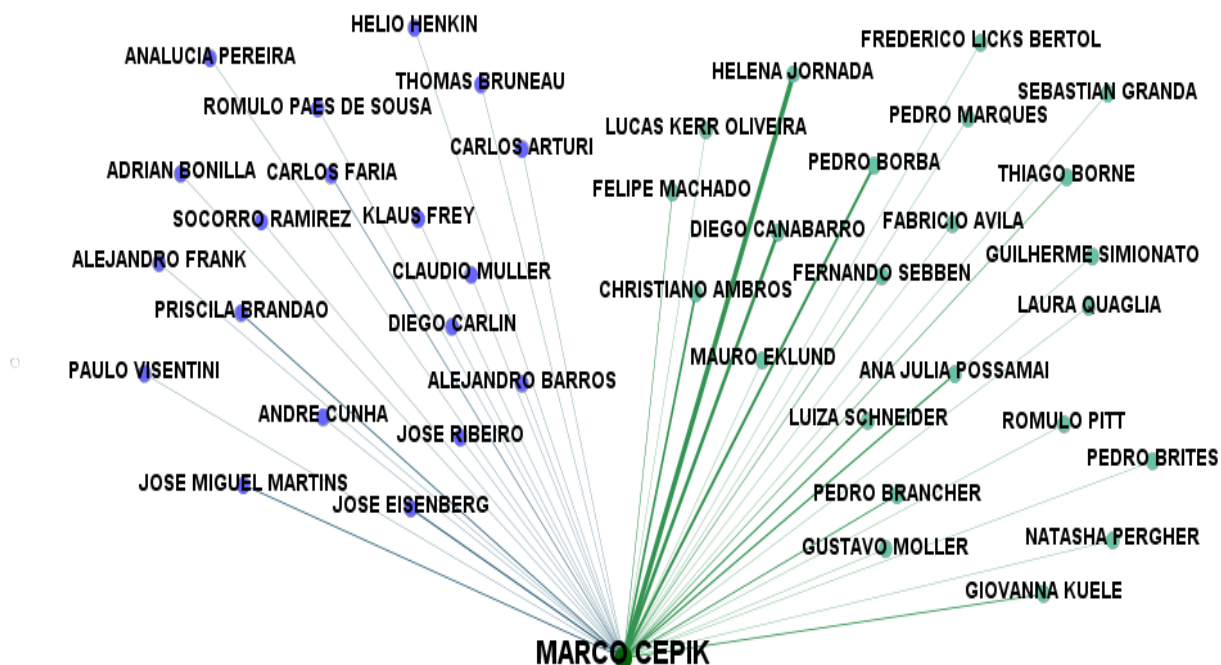
---

<sup>42</sup> <https://gephi.org>.

<sup>43</sup> A lista completa de coautores em ordem alfabética pelo primeiro nome é a seguinte: Adrian Bonilla, Alejandro Barros, Alejandro Frank, Ana Julia Possamai, Analucia Pereira, Andre Cunha, Carlos Arturi, Carlos Faria, Christiano Ambros, Claudio Muller, Diego Canabarro, Diego Carlin, Fabricio Avila, Felipe Machado, Fernando Sebben, Frederico Licks Bertol, Giovanna Kuele, Guilherme Simionato, Gustavo Moller, Helena Jornada, Helio Henkin, Jose Eisenberg, Jose Miguel Martins, Jose Ribeiro, Klaus Frey, Laura Quaglia, Lucas Kerr Oliveira, Luiza Schneider, Mauro Eklund, Natasha Pergher, Paulo Visentini, Pedro Borba, Pedro Brancher, Pedro Brites, Pedro Marques Priscila Brandao, Romulo Paes de Sousa, Romulo Pitt, Sebastian Granda, Socorro Ramirez, Thiago Borne, Thomas Bruneau.



Figura 1 – Grafo de Coautorias



No caso dos estudantes, é preciso monitorar as práticas laboratoriais e a política editorial dos periódicos para evitar distorções. Mas a questão relevante sobre coautorias não é se as pessoas são professores ou estudantes. O desafio real é fundamentar eticamente a pesquisa científica em tempos de polarização ideológica.<sup>44</sup> A grande área de Humanas

---

<sup>44</sup> Aliás, contra a *folie lavajateira* e pentecostal que assola o Brasil, atacando com seu macartismo redivivo a educação pelas vias mais esdrúxulas, valem uns versos provocativos: “*Não há devassidão maior que o pensamento. Essa diabrura prolifera como erva daninha num canteiro demarcado para margaridas. Para aqueles que pensam nada é sagrado. O topete de chamar as coisas pelos nomes, a dissolução da análise, a impudicícia da síntese, a perseguição selvagem e debochada dos fatos nus, o tatear indecente de temas delicados, a desova das ideias*”. SZYMBORSKA, Wislawa. Poemas. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 85.

deveria adotar políticas de autoria mais explícitas. Basicamente, determinando que coautores sejam efetivamente reconhecidos, e que apenas sejam reconhecidos como coautores aqueles que o são de fato.<sup>45</sup>

A partir daqui discutirei o conteúdo da produção intelectual, mas não seu impacto.<sup>46</sup>

Tomo como ponto de partida a nuvem de palavras da Figura 2, gerada no software livre francês Iramuteq, utilizado para análise de textos.<sup>47</sup> Foram compilados os termos contidos nos títulos e palavras-chave de 98 publicações (artigos científicos, livros e capítulos). Nesta técnica de visualização, o tamanho de cada palavra indica a frequência de sua utilização.

---

<sup>45</sup> Por exemplo, “*authors in Science Journals must fulfill the criteria described below that are informed by the ICMJE (International Committee of Medical Journal Editors) definition of authorship. Specifically, each author is expected to have made substantial contributions to the conception or design of the work; OR the acquisition, analysis, or interpretation of data; OR creation of new software used in the work; OR have drafted the work or substantially revised it; AND has approved the submitted version (and any substantially modified version that involves the author’s contribution to the study; AND agrees to be personally accountable for the author’s own contributions and for ensuring that questions related to the accuracy or integrity of any part of the work, even ones in which the author was not personally involved, are appropriately investigated, resolved, and documented in the literature. Exclusion from authorship of individuals who have made author-level contributions is not permitted for papers published in Science Journals. Nor is guest or honorary authorship. Other individuals who have participated in generation of the research paper but who do not meet the criteria for authorship should be listed in the acknowledgments section with a brief indication of the nature of their contribution*”. Cf. <https://goo.gl/s9a3fP>.

<sup>46</sup> Segundo o Google Scholar (02/01/2017), meu fator de impacto (h-index) é 18. O número de *papers* com mais de dez citações (i10-index) é 33. O número total de citações é 1.129. Confesso que não sei como reagir a esta informação bibliométrica. Vou deixá-la registrada apenas.

<sup>47</sup> <http://www.iramuteq.org>.

Figura 2 – Nuvem de Palavras Frequentes em Publicações



Defini quatro *clusters* ou agrupamentos temáticos a partir da figura 2: Sociologia Histórica, Governança Digital, Estudos de Inteligência e Segurança Internacional. Valem algumas observações preliminares. Primeiro, não tentarei impor anacronicamente uma coerência lógica a trabalhos que foram produzidos, em boa medida, reagindo a demandas e diálogos variados. Segundo, as fronteiras entre os *clusters* são contínuas, não discretas. Há trabalhos que poderiam ser classificados em mais de um grupo. Há trabalhos que não poderiam ser classificados em nenhum deles. Ou seja, minha escolha viola dois princípios da boa taxonomia: não proporciona tipos mutuamente excludentes e não é coletivamente exaustiva. Haverá de servir. Afinal, o objetivo é fornecer uma ideia geral da produção científica até aqui. Além de algumas ideias e excertos dos próprios trabalhos que produzi, mencionarei também alguma bibliografia para prover contexto.

O primeiro grupo, que chamei de **Sociologia Histórica**, inclui trabalhos escritos na graduação e mestrado.<sup>48</sup> Mas o principal são três artigos publicados entre 1995 e 1999, resultados da dissertação. Voltei a publicar sobre o tema em duas ocasiões. Em 2001, para criticar o conceito de Império Mundial. E em 2017, com Pedro Brancher, para discutir a relação entre construção do Estado e evolução do sistema internacional.<sup>49</sup>

Embora discorde de Smith (2002) quanto ao fato disso ser um problema, concordo com o seu diagnóstico de que o programa de pesquisa da Sociologia Histórica é racionalista e multicausal.<sup>50</sup> Originado da crítica à teoria funcionalista da modernização, houve significativa dispersão na Sociologia Histórica ao longo do tempo. Mas a ancoragem principal é marxista, weberiana e braudeliana, buscando explicar macroprocessos de mudança (Skocpol, 1984; Kalberg, 1994; Calhoun, 2003).<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> Os menciono aqui porque foi através deles que conheci a sociologia política da mudança social, tal como praticada na universidade. Como se tratam de trabalhos escolares não publicados, seus tópicos obedecem aos requisitos de diferentes disciplinas. Cito alguns títulos: “Brasil: movimentos insurgentes na Colônia e no Império”. “Desobediência Civil e Protesto de Massas na Independência da Índia”; “Entre a reforma e a revolução: Chile 1970-1973”; “A Revolução de 1383 em Portugal”; “Notas sobre Rebeliões: Tilly e Rudé”; “Crise Hegemônica e Golpe Militar nos anos 1960: Brasil, Argentina e Peru”.

<sup>49</sup> CEPIK, Marco. Estrutura e Ação na Sociologia das Revoluções Modernas: Skocpol & Tilly. Anos 90 (UFRGS), v. 04, p. 153-178, **1995**. CEPIK, Marco. Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte Americana. BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 42, p. 59-109, **1996**. CEPIK, Marco. Para uma Sociologia Histórica das Revoluções Modernas. Teoria & Sociedade (UFMG), v. 03, p. 129-162, **1999**. CEPIK, Marco. Do Estado Nacional ao Império Mundial? Sociedade em Debate (UCPel), v. 07, n.01, p. 03-30, **2001**. CEPIK, Marco; BRANCHER, Pedro. Estrutura e Agência nas Relações Internacionais: Construção do Estado e a Evolução do Sistema Político Internacional. AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 6, p. 154-189, **2017**.

<sup>50</sup> SMITH, Steve. Historical Sociology in International Relations Theory. In: HOBDEN, Stephen; HOBSON, John. Historical Sociology of International Relations. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2002, pp. 223-243. A preferência de Smith seria por uma aproximação maior entre a Sociologia Histórica e as abordagens pós-positivistas em Relações Internacionais. Mas ele próprio reconhece não ser o caso e lamenta.

<sup>51</sup> Segundo Craig Calhoun (2003:386), os problemas colocados pela Sociologia Histórica são os de sempre na teoria sociológica, mas sua defesa de uma via média entre perspectivas nomotéticas e idiográficas foi particularmente consistente e, de certa forma, definidora das Ciências Sociais contemporâneas. CALHOUN, Craig. Why Historical Sociology? In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin. [Editors]. Handbook of Historical Sociology. London, SAGE, 2003, pp. 383-393. No volume organizado por Delanty e Isin (2003) há capítulos sobre Marx, Weber, Braudel e Elias. Em 1984, Theda Skocpol havia editado o volume que estabeleceu a genealogia e a agenda programática da Sociologia Histórica, incluindo capítulos sobre Marc Bloch, Karl Polanyi, S. Eisenstadt, Reinhard Bendix, Perry Anderson, E. P. Thompson, Charles Tilly, Immanuel Wallerstein e Barrington Moore.

Meu interesse inicial pela Sociologia Histórica centrou-se em duas questões. A primeira era saber por que as revoluções sociais acontecem e, portanto, se este tipo de mudança ainda ocorreria no futuro. A segunda questão era sobre o papel do Estado e dos partidos no desenvolvimento. Ambas emergiram no contexto do debate sobre a natureza dos processos políticos que marcaram o desaparecimento do campo soviético e suas implicações (Almond, 1996; Lima, 1996).<sup>52</sup> No começo dos anos 1990 havia forte preferência por estratégias reformistas de mudança, acudidas por um horizonte normativo que articulava o potencial emancipador do mercado e da democracia, no limite indo além do capitalismo (Reis, 2000).<sup>53</sup> Mas algo continuava fora da ordem (Przeworski, 1985).<sup>54</sup>

Comecei por definir as revoluções modernas como uma modalidade de mudança (transformação global e violenta do sistema social) associada a um tipo de conflito (confronto estratégico intenso entre grupos humanos organizados). A mudança social está necessariamente relacionada aos conflitos, nem todos violentos, na proporção em que os mesmos se referem a opções relevantes de futuro das sociedades (Cepik, 1999). Por outro lado, os problemas organizacionais, ideológicos e políticos envolvidos na constituição de sujeitos coletivos tornam insuficiente uma abordagem puramente estrutural da mudança. Por meio de revisão da literatura e da comparação de teorias, procurei sintetizar a perspectiva estrutural de Theda Skocpol (1979) com explicação do processo de mobilização proposta por Charles Tilly (1978;1997; 2003).<sup>55</sup> Combinando-

---

SKOCPOL, Theda [editor]. *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 1984. Cf. KALBERG, Stephen. *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*. Oxford-UK, Polity Press, 1994.

<sup>52</sup> ALMOND, Mark. *Revolution: 500 years of struggle for change*. London, De Agostini Editions, 1996. LIMA, Maria Regina Soares de. *Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria*. Dados, vol. 39, n. 03, 1996.

<sup>53</sup> REIS, Fábio W. *Para Pensar Transições: democracia, mercado, estado*. In: REIS, Fábio W. *Mercado e Utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo, Edusp, 2000, pp. 161-189.

<sup>54</sup> A demonstração da relação causal entre a ameaça crível da revolução e a própria viabilidade de pactos social democráticos foi feita, indiretamente, por: PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991 [1985].

<sup>55</sup> SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China*. TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York, Random House, 1978. TILLY, Charles. *Does Modernization Breed Revolution?* In: TILLY, Charles. *Roads from Past to Future*. Lanham-

os, é possível obter uma especificação precisa das condições necessárias e suficientes para o aumento das chances de que uma situação de soberania múltipla se transforme em sucesso revolucionário (Cepik, 1995; Cepik, 1996).

A Sociologia das Revoluções continuou se desenvolvendo como programa de pesquisa (Goldstone, 1998; Goldstone, 2009).<sup>56</sup> E os problemas de fundo continuaram existindo. O principal deles é o limite que o capitalismo impõe para a sua superação pacífica, reduzindo ao invés de ampliar os espaços democráticos de controle sobre os centros de poder e riqueza não eleitos (Tilly; Tarrow, 2015; Skocpol, 2004).<sup>57</sup> Como afirmou Barrington Moore (1975, p. 273), "*os custos da moderação têm sido, pelo menos, tão atroz como os da revolução, e talvez bastante superiores.*"<sup>58</sup> Aliás, a situação brasileira atual me fez lembrar de outra passagem: "*As revoluções são raras. A reforma talvez seja ainda mais rara. E nem uma nem outra são necessárias. Os países podem ficar estagnados (...). No mundo em modernização, quem controla o futuro é quem organiza a sua política*" (Huntington, 1975, p. 352).<sup>59</sup>

Neste sentido, a Sociologia Histórica também se propôs a trazer de volta para o debate o Estado e os imperativos organizacionais na política (Evans; Rueschemeyer; Skocpol, 1985).<sup>60</sup> Aqui, o estudo prévio sobre revoluções e rebeliões acautela contra a concepção do sistema internacional centrada exclusivamente no Estado e nas disputas entre elites

---

MD, Rowman & Littlefield Publishers, 1997, pp. 109-132. TILLY, Charles. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2003.

<sup>56</sup> GOLDSTONE, Jack. [Editor]. *The Encyclopedia of Political Revolutions*. Washington-DC, Congressional Quarterly, 1998. GOLDSTONE, Jack. *Revolution*. In: LANDMAN, Todd; ROBINSON, Neil. *The SAGE Handbook of Comparative Politics*. London, SAGE, 2009, pp. 319-347.

<sup>57</sup> TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious Politics*. Oxford-UK, Oxford University Press, 2015. Second fully revised edition. SKOCPOL, Theda. *Diminished Democracy: from membership to management in american civic life*. Norman-OK, Oklahoma University Press, 2003.

<sup>58</sup> MOORE, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes, 1983 [1967], página 497.

<sup>59</sup> HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1975 [1968], pp 273, 352 e 467.

<sup>60</sup> EVANS, Peter; RUESHMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. [Editors]. *Bringing the State Back In*. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 1985.

burocráticas e empresariais (Halliday, 1999).<sup>61</sup> A partir dos anos 1990, dois autores impactaram a compreensão da causalidade mútua entre a expansão do capitalismo, o desenvolvimento do sistema de estados e da cidadania. Com Arrighi (1996), aprendi a tentativa de síntese entre Marx, Braudel, Schumpeter e Gramsci para explicar os ciclos de acumulação e o caos sistêmico nas transições do capitalismo histórico. Com Tilly (1985; 1996), o exame das diferenças entre as trajetórias de construção dos estados nacionais na Europa permitiu reavaliar o desafio, já presente em Robert Dahl (1997), da tolerância mútua e da própria cidadania.<sup>62</sup>

No artigo de 2001, critiquei o conceito de Império Mundial, em voga até o fracasso das intervenções dos Estados Unidos no Afeganistão e Iraque. Retomei elementos de Arrighi, Bendix, Elias e Aron para argumentar que um possível governo regional multinacional, ou global, capaz de equacionar desafios de sustentabilidade fiscal, social e ambiental do desenvolvimento, dependeria de maior institucionalização democrática e participação popular. Em 2017, incorporamos de forma mais decisiva a contingência das interações conflitivas entre estados e grupos sociais para explicar diferentes resultados estruturais no sistema internacional (Cepik; Brancher, 2017; Hui, 2005).<sup>63</sup> Em resumo, há muito por fazer na interseção entre Sociologia Histórica, Política Comparada e História dos Sistemas Internacionais (Buzan e Little, 2000; Hobson, 2009).<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> HALLIDAY, Fred. *Revolution and World Politics: Rise and Fall of the Sixth Great Power*. London, Macmillan Press, 1999.

<sup>62</sup> Me refiro ao axioma 3 da Poliarquia, segundo o qual “quanto mais os custos da supressão excederem os custos da tolerância, tanto maior a possibilidade de um regime competitivo”. DAHL, Robert. *Poliarquia: Oposição e Participação*. São Paulo, EDUSP, 1997 [1971], p. 37. Por sua vez, o capítulo 4 (Os Estados e Seus Cidadãos) de Tilly (1996:157-193) corrige equívocos presentes em Tilly (1985). TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus (990-1992)*. São Paulo, EDUSP, 1996 [1990]. TILLY, Charles. *War Making and State Making as Organized Crime*. In: EVANS, Peter; RUESHMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. [Editors]. *Bringing the State Back In*. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 1985, pp. 169-191.

<sup>63</sup> HUI, Victoria. *War and state formation in ancient China and early modern Europe*. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2005.

<sup>64</sup> BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. *International Systems in world History: remaking the study of International Relations*. Oxford-UK, Oxford University Press, 2000. HOBSON, John M. *Comparative Politics and International Relations*. In: LANDMAN, Todd; ROBINSON, Neil. *The SAGE Handbook of Comparative Politics*. London, SAGE, 2009, pp. 159-174.

Chamei o segundo grupo de publicações de **Governança Digital**.<sup>65</sup> Meu interesse pelo vem do final dos anos 1980, pois trabalhei durante alguns anos nas áreas de marketing e de gestão em empresas de informática no setor privado e, posteriormente, no setor público. Tornou-se truísmo afirmar que a velocidade e a escala da digitalização são vertiginosas. Mas é fato que este ritmo alucinante torna mais difícil separar propaganda, apostas e tendências efetivas (Zhu et al, 2016).<sup>66</sup>

Duas preocupações permearam os trabalhos nesta área. A primeira diz respeito ao papel da informação na expansão da cidadania e na qualificação da democracia (Webster, 2006; Mossberger et al, 2008; Possamai, 2016; Kneuer, 2016).<sup>67</sup> A segunda, quase

---

<sup>65</sup> CEPIK, Marco. Informação e Decisão Governamental: Uma Contradição em Termos? In: IMAP. Anais do Seminário Informação, Estado e Sociedade, Curitiba-PR, **1997**, pp. 27-43. CEPIK, Marco. Direito à Informação: Situação Legal e Desafios. IP. Informática Pública, v. 02, n.02, **2000**, pp. 43-56. CEPIK, Marco; EISENBERG, José; EKLUND, Mauro. Desenhos Institucionais em Informática Pública: Estudo Comparativo em Quatro Cidades Brasileiras. IP. Informática Pública, v. 03, n.02, **2001**, pp. 47-72. CEPIK, Marco; FREY, Klaus; EISENBERG, José. O Acesso à Informação. In: SPECK, Bruno. [Organizador]. Caminhos da Transparência. Campinas-SP, Editora Unicamp, **2002**, pp. 378-408. CEPIK, Marco; EISENBERG, José. Internet e Instituições Políticas Semiperiféricas. In: CEPIK, Marco; EISENBERG, José. [Organizadores]. Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica. Belo Horizonte-MG, Editora da UFMG, **2002**, pp. 293-314. CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego; POSSAMAI, Ana Júlia; SAMRSLA, Eduardo; OLIVERA, Andre; FREITAS, Ilton. Avaliando o Desempenho do Governo Eletrônico no Brasil: o Índice de Qualidade de e-Serviços Governamentais. In: W3C WEB. Anais da I CONFERÊNCIA. São Paulo, **2009**, pp. 01-06. BARROS, Alejandro; CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego. Para além da e-PING: o desenvolvimento de uma plataforma de interoperabilidade de e-Serviços no Brasil. In: MESQUITA, Claudia; BRETAS, Nazare. [Organizadoras] Panorama da Interoperabilidade no Brasil. Brasília-DF, MP/SLTI, **2010**, pp. 137-157. CANABARRO, Diego; POSSAMAI, Ana Júlia; CEPIK, Marco; PIMENTA, Marcelo. Ambientes Informacionais Voltados ao Monitoramento e à Avaliação de Políticas Públicas: construindo capacidade estatal e democracia na Era Digital. In: CLAD. Anales del XVIII Congreso Internacional sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Montevideú, **2013**. As últimas publicações nesta área ocorreram quando lançamos a nova edição do livro: CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego. [Organizadores]. Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre, Editora UFRGS, **2014**. Naquele livro destaco os quatro capítulos escritos em coautoria: CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego; POSSAMAI, Ana Júlia. Do Novo Gerencialismo à Era da Governança Digital (páginas 11-36); CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego; POSSAMAI, Ana Júlia. A Institucionalização do SISP e a Era Digital no Brasil (páginas 37-78); CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego; POSSAMAI, Ana Júlia; SEBBEN, Fernando. Desafios da TI no Governo Federal: a percepção dos Gestores (páginas 150-167). CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego; POSSAMAI, Ana Júlia; SEBBEN, Fernando. Alinhando TI e Políticas Públicas. Quatro Temas Prioritários (páginas 168-181).

<sup>66</sup> ZHU, Xiaoming; et al. Business Trends in the Digital Era: Evolution of Theories and Applications. Singapore, Springer/Shanghai Jiao Tong University Press, 2016.

<sup>67</sup> WEBSTER, Frank. Theories of the Information Society. New York, Routledge, 2006. Third edition. MOSSBERGER, Kate; TOLBERT, Caroline; McNEAL, Ramona. Digital citizenship: the internet, society, and participation. Cambridge-MA, MIT Press, 2008. POSSAMAI, Ana Júlia. Dados Abertos



simétrica, é sobre o efeito das tecnologias digitais na construção da capacidade estatal, incluindo a capacidade de os governantes tomarem decisões e regularem o desenvolvimento futuro da própria tecnologia (Fountain, 2001; Dunleavy et al, 2008; Margetts e Dunleavy, 2013; Canabarro, 2014).<sup>68</sup>

Sobre informação, cidadania e democracia na Era Digital, o grau de otimismo da literatura variou ao longo do tempo. Nossa percepção do problema tem se alinhado com a de autores mais realistas, que enfatizaram as pré-condições, desafios e limites da e-democracia (Wilhelm, 2000; Hindman, 2009; Howard, 2010; Sampaio, 2014).<sup>69</sup>

No artigo sobre direito à informação, por exemplo, argumentei que era insuficiente conceber tal direito apenas como liberdade negativa, um direito civil que apenas limite a intervenção do Estado (e das empresas) na privacidade dos indivíduos (Cepik, 2000, p. 50). Como se sabe na Era Digital, a privacidade encontra-se de fato sob ataque. Entretanto, o acesso e uso das informações é uma pré-condição para a participação política organizada e qualificada, o acesso à informação relevante depende de uma base institucional e de serviços para mediação entre Estado e sociedade civil. Neste sentido, o direito à informação envolve as três dimensões, civil, político e social. Sua realização

---

no Governo Federal Brasileiro: desafios de transparência e interoperabilidade. Tese Doutoral defendida junto ao PPG em Ciência Política. Porto Alegre-RS, UFRGS, 2016. KNEUER, Marianne. E-democracy: A new challenge for measuring democracy. *International Political Science Review*, Vol. 37(5) 666–678, 2016.

<sup>68</sup> FOUNTAIN, Jane. *Building the Virtual State: information technology and institutional change*. Washington-DC, Brookings Institution Press, 2001. DUNLEAVY, Patrick et al. *Digital Era Governance: IT corporations, the state and e-government*. Oxford-UK, Oxford University Press, 2008. Revised edition. MARGETTS, Helen; DUNLEAVY, Patrick. The second wave of digital-era governance: a quasi-paradigm for government on the Web. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, A 371: 20120382, 2013. CANABARRO, Diego. *Governança Global da Internet: Tecnologia, Poder e Desenvolvimento*. Tese Doutoral defendida junto ao PPG em Ciência Política. Porto Alegre-RS, UFRGS, 2014.

<sup>69</sup> WILHELM, Anthony. *Democracy in the Digital Age: challenges to political life in cyberspace*. New York-NY, Routledge, 2000. HINDMAN, Matthew. *The Myth of Digital Democracy*. Princeton-NJ, Princeton University Press, 2009. HOWARD, Philip. *The Digital Origins of Dictatorship and Democracy: Information Technology and Political Islam*. Oxford-UK, Oxford University Press, 2010. SAMPAIO, Rafael. *Orçamentos Participativos Digitais: Um mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para e-Participação e e-Democracia*. Tese Doutoral defendida junto ao PPG em Comunicação e Cultura Contemporânea, Salvador-BA, UFBA, 2014.

na Era Digital depende de esforços de construção estatal e democratização (Braman, 2009).<sup>70</sup>

A digitalização também afeta de modo distinto os países do núcleo orgânico, da semiperiferia e da periferia do sistema internacional (Rennstich, 2008).<sup>71</sup> Por isso analisamos as tecnologias de informação e comunicação (TICs) também do ponto de vista da Economia Política Internacional. Nossa conclusão em 2002 foi que o avanço da digitalização estressava (por meio de repetidos choques schumpeterianos de inovação desencadeados por empresas e governos do núcleo orgânico) as instituições políticas de países semiperiféricos como o Brasil. Longe de ser um fator positivo uniforme para a cidadania, a democracia e o desenvolvimento no mundo, a Era Digital tende a repor em novos patamares as desigualdades e pode, inclusive, fragilizar ainda mais a base fiscal e a legitimidade do Estado. Ao mesmo tempo, não se trata de adotar uma posição ludita contra a digitalização, mas sim de disputar o processo no âmbito internacional, nacional e local (Cepik e Eisenberg, 2002, 293-314).

A partir de 2008, nova pesquisa aplicada permitiu retomar a agenda sobre Governança Digital. Priorizamos então a avaliação de e-Governo, modelos de interoperabilidade, bem como problemas de institucionalização da governança de TI (Cepik e Canabarro, 2014). Trabalhamos com protocolos de pesquisa complementares (contraste de modelos, mapeamento de processos, análise de mercado, comparação internacional e entrevistas semiestruturadas), visando a identificar nexos causais entre desenho institucional, perfil de compras governamentais, recursos humanos e desempenho de e-governo (Cepik, Canabarro e Possamai, 2014, 11-36).

Houve avanços desde 1990, início do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática do Governo Federal (SISP). Porém, em 2010 a governança brasileira de TI era um híbrido institucional, sobrepondo modelos (burocrático, gerencialista, participativo e digital) e déficits de coordenação. O perfil das compras

---

<sup>70</sup> BRAMAN, Sandra. *Change of State: Information, Policy, and Power*. Cambridge-MA, MIT Press, 2009.

<sup>71</sup> RENNSTICH, Joachim. *The Making of a Digital World: The Evolution of Technological Change and How It Shaped our World*. New York, Palgrave Macmillan, 2008.

governamentais em TI evidenciou a concentração de empresas fornecedoras e as dificuldades na gestão de contratos, efeitos herdados e potencializados pela ideologia gerencialista dos anos 1990. Havia também escassez de analistas, programadores, engenheiros e cientistas da computação para implementar simultaneamente programas robustos de e-governo e de governança de TI. Isto se refletia no baixo desempenho no *e-Government Development Index* (EGDI), calculado pela ONU. Ocupando a 61ª posição global, o desempenho brasileiro era ainda mais fraco em infraestrutura de telecomunicações (70º) e capital humano (83º). E isto apesar de uma década de esforços do governo brasileiro para melhorar o quadro (Cepik, Canabarro, Possamai e Sebben, 2014, 161-181).

Em suma, o empoderamento dos cidadãos e da sociedade civil prometido pelas tecnologias de informação é, na verdade, objeto de disputa política. Resolvido, ampliaria a atuação sinérgica entre o Estado e a sociedade em ambientes democráticos. Sabemos hoje como o fracasso em produzir tal sinergia prejudica a capacidade estatal e oblitera a democracia. Enfim, a Governança Digital foi um importante catalisador intelectual na UFRGS (Mansell et al, 2007; Anttiroiko e Mälkiä, 2007; Chadwick e Howard, 2009; Pimenta e Canabarro, 2014).<sup>72</sup> Trata-se de uma agenda de pesquisa relevante, dinâmica e verdadeiramente interdisciplinar, onde as ciências exatas e humanas poderiam colaborar intensamente.

---

<sup>72</sup> MANSELL, Robin et al [Editors]. The Oxford Handbook of Information and Communication Technologies. Oxford-UK, Oxford University Press, 2007. ANTTIROIKO, Ari-Veikko; MÄLKIÄ, Matti. [Editors]. Encyclopedia of Digital Government. London, Idea Group, 2007. Volumes I, II, and III, 1648 pp. CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip. [Editors]. Routledge Handbook of Internet Politics. New York, Routledge, 2010. PIMENTA, Marcelo; CANABARRO, Diego. [Organizadores]. Governança Digital. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 2014. Daí também a parceria entre o CEGOV e o INCT- CEADD (Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital), sediado na UFBA.

O terceiro grupo é formado por publicações na área de **Estudos de Inteligência**.<sup>73</sup>

Comecei a pesquisar o tema na metade da década de 1990, ainda em meio a vaga neoliberal do pós-Guerra Fria. Porém, antes de 2002 publiquei apenas resenhas e artigos curtos de conjuntura. Os primeiros resultados de pesquisa foram publicados já no contexto da Guerra Global contra o Terrorismo (GWAT), desencadeada pelo governo Bush após os atentados de setembro de 2001. Menciono isto porque, quando iniciei a pesquisa na área, a relevância analítica do problema era questionada e a própria continuidade histórica do objeto era incerta. Desde então, a expansão dos aparatos de

---

<sup>73</sup> CEPIK, Marco. Inteligência e Políticas Públicas. *Security and Defense Studies Review*, v. 04, n.01, pp. 21-45, **2002**. CEPIK, Marco; BRANDÃO, Priscila. Brazil's New Intelligence System: An Institutional Assessment. *The International Journal of Intelligence and Counter Intelligence*, v. 16, n.2, pp. 349-373, **2003a**. CEPIK, Marco. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro, Editora FGV, **2003**. CEPIK, Marco; BRANDÃO, Priscila. The Professionalization of Intelligence in Brazil: career path, knowledge and cultural values. In: SWENSON, Russell; LEMOZY, Susana. [Ed.]. *Intelligence Professionalism in the Americas*. Washington-D.C, JMIC / NDU Press, pp. 109-154, **2003b**. CEPIK, Marco. Regime político e sistema de inteligência no Brasil: legitimidade e efetividade como desafios institucionais. *Dados*, v. 48, n.01, pp. 67-113, **2005**. CEPIK, Marco. Inteligência de Segurança Pública em Seis Países: Mandatos Legais e Estrutura Organizacional. In: RATTON Jr, Jose Luiz; BARROS, Marcelo. [Org.]. *Polícia, Democracia e Sociedade*. Rio de Janeiro-RJ, Lumen Juris, pp. 101-149, **2006**. CEPIK, Marco. Structural Change and Democratic Control of Intelligence in Brazil. In: BRUNEAU, Thomas; BORAZ, Steven. [Ed.]. *Reforming Intelligence: Obstacles to Democratic Control and Effectiveness*. Austin-TX: University of Texas Press, pp. 149-169, **2007**. CEPIK, Marco; BRUNEAU, Thomas. Brazil: national culture of intelligence. In: FARSON, Stuart; et al [Ed.]. *PSI Handbook of Global Security and Intelligence*. Washington-DC, Praeger Security International, pp. 112-129, **2008**. CEPIK, Marco. [Org.]. *Inteligência Governamental: Contextos Nacionais e Desafios Contemporâneos*. Niterói-RJ, Editora Impetus, **2011**. CEPIK, Marco; AMBROS, Christiano. Explicando falhas de inteligência governamental: fatores histórico-institucionais, cognitivos e políticos. *Varia História*, v. 28, pp. 79-99, **2012**. BRANDAO, Priscila; CEPIK, Marco. [Org.]. *Inteligência de Segurança Pública: Teoria e Prática no Controle da Criminalidade*. Niterói-RJ, Impetus, **2013**. CEPIK, Marco; AMBROS, Christiano. *Inteligência de Segurança Pública nos Estados Unidos*. In: BRANDÃO, Priscila; CEPIK, Marco. [Org.]. *Inteligência de Segurança Pública: Teoria e Prática no Controle da Criminalidade*. Niterói-RJ, Impetus, pp. 21-50, **2013**. CEPIK, Marco. *Origens do Sistema de Inteligência dos Estados Unidos: 1775-1946*. *Carta Internacional*, v. 9, pp. 03-18, **2014**. CEPIK, Marco; AMBROS, Christiano. *Intelligence, Crisis, and Democracy: Institutional Punctuations in Brazil, Colombia, South Africa, and India*. *Intelligence and National Security*, v. 29, pp. 523-551, **2014**. CEPIK, Marco; KUELE, Giovanna. *Inteligência em Operações de Paz da ONU (1945-2000)*. *Carta Internacional*, v. 10, pp. 21-38, **2015**. CEPIK, Marco; KUELE, Giovanna. *Inteligência em Operações de Paz da ONU: Déficit Estratégico, Reformas Institucionais e Desafios Operacionais*. *Dados*, v. 59, pp. 963-993, **2016**. CEPIK, Marco; MÖLLER, Gustavo. *National Intelligence Systems as Networks: Power Distribution and Organizational Risk in Brazil, Russia, India, China, and South Africa*. *Brazilian Political Science Review*, v. 11, pp. 1-26, **2017**. CEPIK, Marco; KUELE, Giovanna. *Intelligence Support to MONUSCO: Challenges to Peacekeeping and Security*. *The International Journal of Intelligence, Security, and Public Affairs*, v. 19, pp. 44-68, **2017**. CEPIK, Marco. *Bosses and Gatekeepers: A Network Analysis of South America's Intelligence Systems*. *The International Journal of Intelligence and Counter Intelligence*, v. 30, pp. 701-722, **2017**.

inteligência das grandes potências e a crescente instabilidade estratégica entre as coalizões emergentes no mundo permitem inferir que os Estudos de Inteligência continuarão existindo como campo interdisciplinar de pesquisa (Johnson, 2007; Johnson, 2010; Johnson, 2015; Van Puyvelde e Curtis, 2016; Gill e Phythian, 2016; Dover, Dylan e Goodman, 2017).<sup>74</sup>

No livro *Espionagem e Democracia*, procurei responder quatro perguntas: 1) O que é e como funciona a atividade de inteligência? 2) Por que surgiram e por que existem diversas agências de inteligência na maioria dos países? 3) Como o conceito de segurança nacional e o segredo governamental se articulam com as atividades de inteligência? 4) Quais os instrumentos e os limites para o controle externo sobre os serviços de inteligência em contextos democráticos? (Cepik, 2003, p.18). Nos parágrafos seguintes, sintetizo a resposta que encontrei para cada pergunta à época. Em seguida a cada resposta, indico os trabalhos que desdobraram a pesquisa até hoje.

Resumidamente, minha resposta para a primeira pergunta reconhece a natureza dual da atividade de inteligência, primariamente informacional, subsidiariamente coercitiva. Ou ao revés. Na verdade, o equilíbrio entre as duas depende dos contextos institucionais e dos níveis de conflito sociais e internacionais. A função informacional corresponde a soluções variadas, desenvolvidas por governantes e burocratas, para subsidiar processos de decisão e implementação de políticas na guerra e na paz. Sobretudo nas áreas de defesa nacional, segurança institucional, relações exteriores e segurança pública (Herman, 1996).<sup>75</sup> A metáfora do ciclo da atividade de inteligência (requerimento, gestão de meios, coleta, processamento, análise, disseminação, avaliação), incluindo ramificações (espionagem e especialidades técnicos de coleta) tem sido utilizada há

---

<sup>74</sup> JOHNSON, Loch. [Ed.] *Handbook of Intelligence Studies*. New York, Routledge, 2007. JOHNSON, Loch. [Ed.] *The Oxford Handbook of National Security Intelligence*. Oxford-UK, Oxford University Press, 2010; JOHNSON, Loch. [Ed.] *Essentials of Strategic Intelligence*, Washington-DC, Praeger Security International, 2015. VAN PUYVELDE, Damien; CURTIS, Sean. 'Standing on the shoulders of giants': diversity and scholarship in Intelligence Studies. *Intelligence and National Security*, v. 31 (7) 2016. GILL, Peter; PHYTHIAN, Mark. What Is Intelligence Studies? *The International Journal of Intelligence, Security, and Public Affairs*, 18:1, 5-19, 2016. DOVER, Robert; DYLAN, Huw; GOODMAN, Michael S. *The Palgrave Handbook of Security, Risk and Intelligence*. New York, Palgrave Macmillan, 2017.

<sup>75</sup> HERMAN, Michael. *Intelligence Power in Peace and War*. Cambridge, Cambridge U Press, 1996.

décadas como heurística para discussão de missões informacionais (Johnson, 1985; Lowenthal, 2015; Sabatier, 2007).<sup>76</sup> A função coercitiva é explícita nos contextos em que os serviços de inteligência operam como polícia política na repressão interna a dissidentes, mas também se manifesta regularmente no sistema internacional, seja nas operações de coleta (espionagem), contra-inteligência e cibersegurança, seja no amplo leque de operações encobertas (Gill, 1994; Godson, 1995; Scott, 2004; Poznansky, 2015).<sup>77</sup>

Nos últimos anos publiquei trabalhos sobre as dinâmicas e práticas de inteligência. Um deles foi o artigo em coautoria com Christiano Ambros, sobre fatores institucionais, políticos e cognitivos que explicam as falhas de inteligência e como elas tendem a ser mais comuns na fase de análise do que na coleta de informações (Ambros e Cepik, 2012). Mais recentemente, nos trabalhos em coautoria com Giovanna Kuele sobre as atividades de inteligência em Operações de Paz da ONU, voltamos a avaliar também os diferentes tipos de atuação e produtos gerados, além da evolução institucional (Cepik e Kuele, 2015; Cepik e Kuele, 2016; Kuele e Cepik, 2017). Atualmente, um dos projetos de pesquisa que desenvolvo é sobre técnicas estruturadas de análise de inteligência estratégica em relação a três desafios contemporâneos de segurança internacional: dissuasão nuclear, contraterrorismo e operações de paz. A controvérsia teórica envolve o realismo estrutural, a partir do qual se explica a necessidade dos países manterem

---

<sup>76</sup> JOHNSON, Loch. Decision Costs in the Intelligence Cycle. In: MAURER, A.C.; TUNSTALL, Marion; KEAGLE, James. [Editors]. Intelligence: Policy and Process. Boulder and London, Westview Press, pp 181-198, 1985. LOWENTHAL, Mark. Intelligence: From Secrets to Policy. Washington, SAGE/CQ Press, 2015. 6th Edition. SABATIER, Paul. Theories of the Policy Process. [Editor]. Cambridge-MA, Westview Press, 2007. 2nd edition.

<sup>77</sup> GILL, Peter. Policing Politics: Security Intelligence and the Liberal Democratic State. London, Frank Cass, 1994. GODSON, Roy. Dirty Tricks or Trump Cards: U.S. Counterintelligence and Covert Action. Washington, Brassey's, 1995. SCOTT, Len. Secret Intelligence, Covert Action and Clandestine Diplomacy. Intelligence and National Security, 19:2, 322-341, 2004. POZNANSKY, Michael. Stasis or Decay? Reconciling Covert War and Democratic Peace. International Studies Quarterly, 59, 815-826, 2015.

sistemas de inteligência e capacidades analíticas robustas para lidar com incerteza e ganhos relativos de segurança (Phythian, 2009).<sup>78</sup>

A resposta para a segunda pergunta, também de maneira muito resumida, enfatiza as origens diversas e as descontinuidades históricas que caracterizam a evolução dos diferentes tipos de serviços de inteligência (Richelson, 1996; Warner, 2014).<sup>79</sup> Seus antecedentes remontam à diplomacia renascentista e moderna no caso dos serviços de espionagem e de criptologia, à separação funcional entre inteligência e operações no modelo prussiano de organização do estado-maior das forças armadas depois das guerras napoleônicas, bem como ao policiamento político na Europa, depois de 1848 (Cepik, 2003, pp. 85-135). Porém, a rigor, só se pode falar de sistemas nacionais de inteligência institucionalizados na segunda metade do século XX. Não se trata, portanto, de um resquício absolutista ou de um subproduto das guerras mundiais (Zegart, 1999).<sup>80</sup>

Posteriormente, ampliei a pesquisa comparativa sobre sistemas de inteligência. Empiricamente, um desafio da área é ir além dos casos mais pesquisados, sobretudo Estados Unidos e Reino Unido (Davies e Gustafson, 2013; Cepik, 2011).<sup>81</sup> Os trabalhos sobre Brasil se enquadram neste esforço (Cepik e Brandão, 2003a; Cepik e Brandão, 2003b; Cepik, 2005; Cepik, 2007; Cepik e Bruneau, 2008). Realizamos ainda pesquisas sobre subsistemas específicos, por exemplo, na área policial e de segurança pública (Cepik, 2006; Cepik e Ambros, 2013; Brandão e Cepik, 2013). O desafio é teórico e metodológico, não apenas empírico. Neste sentido, retomei estudos de caso sobre diferentes períodos da história da inteligência dos Estados Unidos, procurando reinterpretar teoricamente uma literatura que costuma ser descritiva e paroquial (Cepik,

---

<sup>78</sup> PHYTHIAN, Mark. Intelligence Theory and Theories of International Relations: shared world or separate world? In: GILL, Peter; MARRIN, Stephen; PHYTHIAN, Mark. Intelligence Theory: key questions and debates. New York, Routledge, pp. 54-72, 2009.

<sup>79</sup> RICHELSON, Jeffrey T. (1995). A Century of Spies: Intelligence in the Twentieth Century. Oxford University Press: Oxford-UK. WARNER, Michael. The Rise and Fall of Intelligence: An International Security History. Washington-DC, Georgetown University Press, 2014.

<sup>80</sup> ZEGART, Amy. Flawed by design: the evolution of the CIA, JCS, and NSC. Stanford-CA, Stanford University Press, 1999.

<sup>81</sup> DAVIES, Philip; GUSTAFSON, Kristian. [Editors]. Intelligence Elsewhere: Spies and Espionage Outside the Anglosphere. Washington-DC, Georgetown University Press, 2013.

2014). Nos trabalhos comparativos com poucos casos temos testado diferentes abordagens que reputo promissoras, como a Teoria do Equilíbrio Pontuado (Cepik e Ambros, 2014) e a Análise de Redes (Cepik e Möller, 2017; Cepik, 2017).

A terceira pergunta era sobre a compatibilidade de conceitos como segurança nacional, segredo governamental e inteligência com a democracia. A resposta simples e honesta que pude produzir foi: depende da legitimidade e da capacidade de cada Estado. Em qualquer país, a construção de sistemas de inteligência envolveu obter algum equilíbrio, tenso e precário, entre, no mínimo, os interesses dos governantes, dos governados e das burocracias especializadas (Brandao, 2010).<sup>82</sup> Não há solução ótima. A insegurança estrutural dos Estados nacionais em um sistema internacional anárquico e os jogos aninhados (*nested*) que envolvem os atores relevantes tornam as soluções normativas mais comuns (tecnocráticas ou liberais) bastante problemáticas. Em 2003 eu reconheci o dilema e procurei refutar as soluções autoritárias e liberais. “É justamente para reduzir a incerteza e aumentar a capacidade de preservar a segurança nacional que existem as forças armadas, polícias e serviços de inteligência. Porém, na medida em que a própria busca de segurança é problemática, tais organizações de força e inteligência são também parte do problema”. Ainda não voltei a este tema, mas sei que o avanço tecnológico, a privatização em grande escala e as crises econômicas e políticas vêm agravando o problema (Gill, 2016).<sup>83</sup>

Da mesma forma, no livro de 2003 respondi a quarta pergunta, sobre os mecanismos de controle externo, enfatizando dilemas e limites. Concluí que o controle externo sobre as instituições de segurança, defesa e inteligência poderia ser mais efetivo no âmbito de comitês parlamentares permanentes, cortes judiciais especializadas e corregedorias com pessoal especializado. Porém, como se viu posteriormente na América Latina, nos Estados Unidos e em outros lugares, do ponto de vista da soberania popular e nacional, tais órgãos de controle externo e seus membros também são parte do problema relativo

---

<sup>82</sup> BRANDÃO, Priscila, *Serviços Secretos e Democracia no Cone Sul: Premissas para uma Convivência Legítima, Eficiente e Profissional*. Niterói-RJ, Impetus, 2010.

<sup>83</sup> GILL, Peter. *Intelligence Governance and Democratisation: a comparative analysis of the limits of reform*. London, Routledge, 2016.



ao enfraquecimento progressivo da soberania popular (Cepik, 2017; Goldman e Rascoff, 2016).<sup>84</sup>

Finalmente, acrescento alguns comentários sobre o grupo de trabalhos sobre **Segurança Internacional**.<sup>85</sup> Ao listar algumas das publicações em ordem cronológica,

---

<sup>84</sup> GOLDMAN, Zachary; RASCOFF, Samuel. [Ed.] Global Intelligence Oversight. Oxford, OUP, 2016.

<sup>85</sup> CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências. *Security and Defense Studies Review*, v. 01, n.01, 01-19, **2001a**. CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Controle Público: Limites dos Mecanismos Institucionais Existentes. *Contexto Internacional*, v. 23, n.02, 295-359, **2001b**. CEPIK, Marco; BONILLA, Adrian. Seguridad Andino-Brasileña: conceptos, actores y debates. In: RAMIREZ, Socorro; CEPIK, Marco. [Org.]. *Agenda de Seguridad Andino Brasileña*. Bogotá, IEPRI-FESCOL, 37-94, **2005**. CEPIK, Marco. Regional Security and Integration in South America: UNASUR, OSCE, and SCO. In: KANET, Roger. [Ed.]. *The United States and Europe in a Changing World*. Dordrecht, Rod, 229-251, **2009a**. CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, Brasil e África do Sul. In: LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Mônica. [Org.]. *Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 63-118, **2009b**. CEPIK, Marco; AVILA, Fabrício; MARTINS, Jose. Armas estratégicas e poder no sistema internacional: o advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a guerra e a distribuição multipolar de capacidades. *Contexto Internacional*, v. 31, 49-83, **2009**. CEPIK, Marco. Segurança Regional, Instituições de Defesa e Capacidades Militares nos Países do Fórum IBAS: Índia, África do Sul e Brasil em Perspectiva Comparada. In: VISENTINI, Paulo; Marco CEPIK; PEREIRA, Analucia. *G3 - Fórum de Dialogo IBAS*. Curitiba, Juruá, 63-149, **2010a**. CEPIK, Marco. Combate ao Terrorismo e Estado no Brasil: avaliação crítica e sugestões preliminares. In: HERZ, Monica; AMARAL, Arthur Bernardes. [Org.]. *Terrorismo e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Loyola / PUC-Rio, 121-145, **2010b**. CEPIK, Marco; SCHNEIDER, Luiza. Defesa e Segurança na África do Sul Contemporânea. In: VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analucia. [Org.]. *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília, FUNAG, pp. 185-206, **2010**. CEPIK, Marco. Segurança Regional e Integração na América do Sul. In: CEPIK, Marco. [Org.]. *Segurança Internacional: práticas, conceitos, tendências*. São Paulo, HUCITEC, 43-91, **2010c**. CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado e segurança internacional. *Contexto Internacional*, v. 33, 375-405, **2011**. CEPIK, Marco; ARTURI, Carlos. Tecnologias de informação e integração regional: desafios institucionais para a cooperação Sul-Americana na área de segurança. *Dados*, v. 54, 651-692, **2011**. CEPIK, Marco. A política da cooperação espacial chinesa: contexto estratégico e alcance internacional. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, 81-104, **2011**. CEPIK, Marco; MACHADO, Felipe. O Comando do Espaço na Grande Estratégia Chinesa: Implicações para a ordem internacional contemporânea. *Carta Internacional*, v. 06, 112-131, **2011**. CEPIK, Marco. Segurança Internacional: Da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: BONILLA, Adrián; ÁLVAREZ, Isabel. [Org.]. *Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica*. San José, FLACSO, 307-324, **2013**. CEPIK, Marco; JORNADA, Helena. Segurança Internacional: estrutura e risco político em mercados prioritários para o Brasil. In: CUNHA, André; HENKIN, Hélio; LÉLIS Marcos. [Org.]. *Internacionalização do Brasil na Globalização*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 131-174, **2014**. CEPIK, Marco; MARTINS, Jose. Defesa Nacional Antimíssil dos EUA: lógica da preempção e implicações. In: ARTURI, Carlos Schmidt. [Org.]. *Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 14-47, **2014**. CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego; BORNE, Thiago. Securitização do Ciberespaço e Terrorismo: Uma Abordagem Crítica. In: SOUZA, André; NASSER, Reginaldo; MORAES, Rodrigo Fracalossi. [Org.]. *Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI*. Brasília, IPEA, 162-186, **2014**. CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego; BORNE, Thiago. Cyberwar: Clausewitzian Encounters. *Space & Defense*, v. 08, 19-33, **2015**. CEPIK, Marco; OLIVEIRA, Lucas

vejo que ao longo dos anos dediquei mais atenção a problemas que não envolviam diretamente ameaças existenciais e uso da força em Segurança Internacional (Walt, 1991).<sup>86</sup> Também fiz uso recorrente e pragmático da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (Buzan, 1991; Buzan, Wæver e Wilde, 1998; Buzan e Wæver, 2003; Buzan e Hansen, 2009; Buzan e Wæver, 2009).<sup>87</sup>

Para ser breve, agregarei os comentários sobre este grupo de publicações a partir de três recortes. Esta solução só se justifica por ser expediente, porque em um mesmo trabalho as três características podem estar presentes. Inicialmente comentarei os trabalhos com foco maior em discussão conceitual e análise institucional. Em seguida, os trabalhos problemas específicos de segurança referidos a países, principalmente o Brasil, incluindo as questões relativas à cooperação internacional e a conexão entre meios e fins. Finalmente, comentarei os trabalhos que discutem questões mais diretamente relacionadas ao uso da força no sistema internacional.

Em maio de 2001, por exemplo, foi publicado o artigo *Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas*. Nele eu discuti a tensão entre a segurança do estado, dos indivíduos e dos diferentes grupos sociais, uma vez que não redutíveis umas às outras. Também adotei algumas definições de partida que mantive desde então: “Segurança é uma condição relativa de proteção na qual se é capaz de neutralizar ameaças discerníveis contra a existência de alguém ou de alguma coisa. Em termos organizacionais, segurança é obtida através de padrões e medidas de

---

Kerr; BRITES, Pedro. O pré-sal e a segurança do Atlântico Sul: a defesa em camadas e o papel da integração Sul-Americana. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 20, 139-164, **2015**. CEPIK, Marco; LICKS BERTOL, Frederico. Defense Policy in Brazil: bridging the gap between ends and means? *Defence Studies*, v. 16, 01-19, **2016**. SIMIONATO, Guilherme; CEPIK, Marco. O conceito de Ataque Global Imediato: premissas equivocadas, consequências perigosas. *Carta Internacional*, v. 12, 05-29, **2017**.

<sup>86</sup> WALT, Stephen M. The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, 35, 211-239, 1991.

<sup>87</sup> BUZAN, Barry. *People, States & Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Boulder-CO, Lynne Rienner, 1991. BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder-CO, Lynne Rienner, 1998. BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers*. New York, Cambridge University Press, 2003. BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *The evolution of international security studies*. New York: Cambridge University Press, 2009. BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory*. *Review of International Studies*, 35, 253–276, 2009.

proteção para conjuntos definidos de informações, sistemas, instalações, comunicações, pessoal, equipamentos ou operações. As medidas de proteção devem guardar certa proporcionalidade em relação às ameaças percebidas contra a existência, efetividade e autonomia de quem ou do que está sendo protegido. Na ausência de proporcionalidade, a busca de segurança torna-se ela própria uma ameaça à efetividade, autonomia e, no limite, à própria existência do "objeto" da proteção. O requisito de proporcionalidade serve para refutar a noção de segurança enquanto uma condição absoluta de ausência de ameaça ou mesmo de incerteza. “ (Cepik, 2001a, p. 02).

Tratava-se de repensar, em termos éticos e políticos, a posição dos estados nacionais enquanto objetos referentes da segurança. Do contrário não seria possível superar a herança autoritária da Doutrina de Segurança Nacional (Cepik, 2001b). Por sua vez, as soluções individualistas liberais (incluindo o conceito de segurança humana) eram inadequadas porque, a despeito de suas melhores intenções, no limite permitiam o uso da força e medidas excepcionais em áreas da vida distantes das ameaças militares, via processos de securitização de temas como a economia, o meio ambiente ou a saúde. Desde então, me parece que um uso mais restritivo e, vá lá, realista do conceito de segurança constitui medida prudencial no interesse dos setores mais fracos e oprimidos na sociedade, a serviço, portanto, da liberdade e da democracia. Pelo contrário, o uso expansivo do conceito de segurança (*humana* ou *multidimensional*) embute riscos políticos e perda de foco analítico. Poucos meses depois da publicação daquele artigo, uma nova expansão conceitual seria promovida a partir dos Estados Unidos, na esteira dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Desde então, a ameaça terrorista foi hipostasiada pela propaganda, realimentada pelo medo, mas pouco analisada empiricamente em seus contornos propriamente estratégicos (Cepik, 2010b; Cepik, Canabarro e Borne, 20014).

Além das razões políticas (alternativa ao neoliberalismo e o autoritarismo), a recepção favorável à Teoria dos Complexos Regionais de Segurança na América Latina decorreu de sua valorização das regiões como um nível de análise relevante, do seu esforço para combinar análise estrutural e relacional, bem como de sua modelagem relativamente simples e flexível para descrever e interpretar diferentes constelações de atores, processos, setores e níveis de análise. Por outro lado, ao tentarmos aplicar o modelo

para analisar a situação contemporânea de regiões como a América do Sul e a África Austral, também foi possível identificar lacunas e inconsistências na tentativa de síntese entre o construtivismo e o realismo estrutural (Buzan, Jones e Little, 1993; Bigo, 2008; Buzan, 2010; Reeves, 2014).<sup>88</sup> No trabalho sobre segurança andino-brasileira, por exemplo, procuramos alargar os tipos de atores considerados (potências de outras regiões, organismos regionais e atores locais) relevantes para as dinâmicas de segurança nos Andes e na Amazônia (Cepik e Bonilla, 2005). O levantamento de evidências discursivas e dados empíricos sobre as ameaças percebidas em diferentes países nos levou a refutar a tese dos dois subcomplexos de segurança, andino e do Cone Sul. Em trabalhos posteriores, comparei instituições de segurança regional na Europa (OSCE) e na Ásia (OCX) para extrair lições e avaliar a dimensão de segurança na União das Nações Sul Americanas (Cepik, 2009a; Cepik, 2010c). Também a comparação entre os complexos regionais de segurança da América do Sul, da África Austral e do Sul da Ásia colocou em termos mais realistas as potencialidades da cooperação sul-sul em matéria de segurança e defesa (Cepik, 2009b; Cepik, 2010a).

Aliás, um dos problemas mais comuns na área de estudos sobre segurança internacional é a aceitação de listas indistintas de ameaças (novas e tradicionais), bem como de uma visão herdada da Guerra Fria sobre o papel e o comportamento das grandes potências. No artigo de 2012, sobre crime organizado, estado e segurança internacional, por exemplo, procuramos realizar uma reavaliação crítica da visão, bastante disseminada, segundo a qual o parasitismo do crime organizado e as metas políticas do terrorismo e da insurgência teriam se tornado fenômenos indistintos no século XXI (Cepik e Borba, 2012). Da mesma forma, no capítulo sobre polaridade internacional e os desafios de

---

<sup>88</sup> O trabalho de 1993 foi um precursor importante da tentativa de reintroduzir um nível intermediário entre as unidades e a estrutura para tratar teoricamente o tema da “baixa diferenciação funcional” de maneira menos estática: BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard. *The Logic of Anarchy*. New York, Columbia University Press, 1993. Para uma crítica pós-positivista da aproximação entre o realismo estrutural e o construtivismo *avant la lettre* da Escola Inglesa, ver: BIGO, Didier. *International Political Sociology*. In: WILLIAMS, Paul [Ed.]. *Security Studies: an introduction*. New York: Routledge, 116-129, 2008. Sobre as tentativas de enquadramento do caso chinês: BUZAN, Barry. *China in International Society: Is ‘Peaceful Rise’ Possible?* *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 3, 5–36, 2010. REEVES, Jeffrey. *Structural Power, the Copenhagen School and Threats to Chinese Security*. *The China Quarterly*. Volume 217, 140 – 161, 2014.

segurança na América Latina, procurei identificar critérios necessários e suficientes para a caracterização de um Estado como grande potência (capacidade de dissuasão nuclear crível, comando do espaço e inexpugnabilidade militar convencional). A partir disso caracterizei a ordem internacional pós-Guerra Fria como sendo tripolar e desequilibrada, não unipolar como se tornou amplamente aceito, o que traz implicações para as dinâmicas regionais de segurança e para as opções estratégicas dos demais países. Infelizmente, o contexto mais incerto e complexo está longe de significar que tais opções se tornaram mais fáceis, como os acontecimentos de 2017 evidenciaram (Cepik, 2013).

O segundo recorte na área de segurança internacional tem como foco os problemas de segurança e defesa de alguns países, principalmente o Brasil, mas também a África do Sul e a China (Cepik, 2010b; Cepik e Schneider, 2010; Cepik e Arturi, 2011; Cepik, 2011; Cepik e Machado, 2011; Cepik e Jornada, 2014; Cepik e Licks Bertol, 2016).

Um tema recorrente foi a cooperação na área de segurança. Por exemplo, no artigo de 2011 sobre a cooperação espacial chinesa no plano global e regional, compreendi que, dada a estrutura de poder tripolar no sistema internacional e a dependência crescente de todos os países em relação ao espaço, as razões chinesas para a cooperação espacial eram, simultaneamente, a busca pela segurança, pelo desenvolvimento e por legitimidade. Ao analisar o desenvolvimento do programa espacial chinês, particularmente nos campos de satélites de imagem, navegação, comunicação e retransmissão de dados, bem como nas áreas de satélites micro e nano. Dados os incentivos estruturais, os objetivos estratégicos e o nível de desenvolvimento tecnológico, as iniciativas multilaterais da China junto ao Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (CPOUS) e à Organização de Cooperação Espacial da Ásia-Pacífico (APSCO) visavam a aumentar a influência internacional de Pequim sem gerar reações exageradas dos Estados Unidos e de seus aliados, postergando uma eventual militarização do espaço. Do mesmo modo, a cooperação bilateral chinesa com potências regionais ainda incipientes no espaço, como o Brasil e a África do Sul, tinha sentido estratégico, no sentido de visar a construção de parcerias no longo prazo mais do que obter ganhos comerciais de curto prazo.

Outro tema articulador das análises de segurança internacional é o da consistência entre meios e fins. Por exemplo, no artigo de 2016 sobre a política de defesa, procuramos verificar em que medida os objetivos estratégicos definidos pela Estratégia Nacional de Defesa (2008) estavam sendo realizados em termos de construção institucional, construção de capacidades militares, alocações orçamentárias e desenvolvimento de uma base industrial de defesa. Embora moderadamente otimistas com os resultados observados até então, identificávamos naquele momento o aprofundamento da crise política e seus impactos econômicos e fiscais um risco elevado para a continuidade de projetos e também para a perseverança em relação às próprias finalidades estratégicas que pareciam assentadas (Cepik e Licks Bertol, 2016).

Finalmente, o terceiro recorte de trabalhos sobre segurança internacional é o da discussão de problemas mais diretamente relacionados ao uso da força. Por exemplo, no capítulo sobre a Defesa Nacional Antimísseis (NMD) dos Estados Unidos, além dos problemas políticos e de grande estratégia, procuramos analisar também o perfil de força (balanço nuclear entre Estados Unidos, Rússia e China) e as condições operacionais (dependentes da supressão de defesas antiaéreas e ataques em profundidade aos centros de comando e controle adversários) para a plena implementação da NMD (Cepik e Martins, 2014). Em trabalhos subsequentes discutimos desdobramentos, em termos de requisitos operacionais, de diferentes conceitos estratégicos. Este foi o caso do artigo sobre o conceito de Ataque Global Imediato (Simionato e Cepik, 2017). E também de um artigo sobre o conceito de defesa em camadas do Pré-Sal e o papel da América do Sul na estratégia militar brasileira (Cepik, Oliveira e Brites, 2015).

No exato momento em que finalizo esta seção, recebo o resultado da aprovação pelo CNPq de um novo projeto de pesquisa (Bolsa de Produtividade em Pesquisa). O título do projeto é Segurança Internacional: Contexto, Estrutura e Interações. Devo executá-lo nos próximos 36 meses. Concluo com expectativa de ter demonstrado, também do ponto de vista das atividades de pesquisa e de extensão, que estou apto a ser promovido para a classe de professor titular.

## 8. CONCLUSÃO

No doutorado, meu professor de Política Comparada mangou que eu não seria cientista político se evitasse o núcleo duro da disciplina (sistemas partidários e comportamento eleitoral). De fato. Graduado em História, não me tornei historiador. Mestre em Ciência Política, fiz dissertação sobre Sociologia. Doutor em Ciência Política, piso territórios fronteiriços e temas *ajenos*. Fui professor de Política Comparada, faço pesquisa comparativa de poucos casos. Não sei muito de métodos e técnicas, mas apoio seu aprendizado. Professor de teoria, entendo porque meu professor de Análise Política do mestrado repudiava a figura do especialista em teoria. Procuro levar a sério os conceitos ao interpretar evidências. Não sou pessoa criativa. As ideias, quando chegam, vem por laboriosas trilhas. Sou organizado, um sintoma, não uma virtude. A curiosidade e a disciplina adquiri em casa e na militância política juvenil. Gosto da profissão, dediquei boa parte da vida para a universidade. Tomara a família compreenda, mesmo se não puder perdoar. Deveres de fundamento a lida, empírico modo, ensina, notou o Rosa. Em resumo, cada qual com a sua loucura. Mas, como disse um outro Pessoa, sem a loucura, o que é a pessoa, mais que a besta sadia, cadáver adiado que procria?

Vim até aqui. Espero estar apto a seguir, agora como professor titular. Buscarei educar-me até entrar no rio Lete, a caminho do Hades. Afinal, como disse um professor de Estudos Estratégicos com quem aprendi sem ter sido seu aluno, educação é o que resta em nós depois que esquecemos tudo. Em 2018 realizarei novo estágio de pós-doutorado. Quero pesquisar sobre mecanismos sociais em segurança internacional e análise em inteligência estratégica. No Brasil, na América Latina e no mundo, o ano que começa traz desafios ordinários, extraordinários, e alguns até surreais. Como disse um professor de História Internacional com quem muito aprendi sem ter sido seu aluno, o descompasso entre as classes e as nações no capitalismo está a gerar *apartheid* globalizado. Construir alternativas exige reflexão e ação coletivas com perspectiva histórica, sem ufanismos deterministas ou derrotismos mesmerizantes.

## **9. ANEXOS**

**Relatório Avaliação Discente 2016-2017**

**RAD 2016-2017**

**Relatório Avaliação Discente 2007-2017**

**RAD 2007-2017**

**Currículo Lattes**